



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 28 - Nº 532 - DE 20 DE NOVEMBRO A 4 DE DEZEMBRO DE 2016 - R\$ 4,00

Unidade nacional dos explorados para derrotar a política antinacional e antipopular do governo golpista de Temer



**Enfrentar o fascista
Donald Trump
constituindo a frente
única anti-imperialista**

**Realizado o 4º Congresso do Comitê de Enlace
pela Reconstrução da IV Internacional**

**Viva a reconstrução do Partido Mundial
da Revolução Socialista, a IV Internacional!**

Que posição deve o Brasil tomar diante de Trump? Para o proletariado, trata-se de constituir a frente única anti-imperialista

As eleições nos Estados Unidos foram acompanhadas aqui como se estivessem ocorrendo no Brasil. Nota-se o quanto a imprensa monopolista brasileira é uma extensão da política de comunicação do imperialismo norte-americano. A torcida em torno de Hillary Clinton foi unânime. Se dependesse do que assistimos na televisão e lemos nos jornais, Donald Trump não teria um só voto entre os brasileiros.

A ideia geral se concentrou no que seria melhor para o mundo. O Brasil se identificava inteiramente com a candidata do Partido Democrata. O conservadorismo do republicano, por sua vez, não se coadunava com o que pensam os brasileiros. De forma que os noticiários e comentários analíticos fizeram campanha a favor de Hillary Clinton, como se estivessem se colocando por altos valores dos direitos humanos, noções civilizatórias, convicções pacíficas, cooperação multilateral entre as nações e pelo progresso geral do mundo.

O “programa” apresentado por Donald Trump, portanto, foi rechaçado ponto a ponto. Se era um perigo à paz mundial e à cordialidade entre os povos, também era um perigo para o Brasil. A bandeira do protecionismo não correspondia à globalização alcançada justamente pelo empenho dos Estados Unidos! A intenção de cancelar acordos de integração comercial estava na contramão da solução da crise econômica! A ameaça de rompimento com a OTAN era um absurdo! A aproximação com a Rússia e o confronto com a China poriam em risco a ordem mundial! A construção de um muro entre Estados Unidos e México não passava de insano exagero diante do problema dos imigrantes! A discriminação generalizada dos muçulmanos não corresponde ao combate ao terrorismo! Os retrocessos quanto à lei do aborto, do casamento gay e da igualdade racial comprometeriam as diretrizes dos direitos humanos da ONU! O questionamento dos acordos internacionais sobre o clima servia a interesses particulares de grupos econômicos!

Hillary, ao contrário, daria continuidade ao vitorioso governo de Barack Obama, que venceu a crise de 2008, promoveu a concórdia mundial, restabeleceu relações com Cuba, conteve a corrida nuclear, enfrentou a agressividade da Rússia, impôs duras derrotas aos jihadistas, promoveu os grandes acordos comerciais e climáticos. Apesar de todas essas qualidades adocicadas e adornadas da gestão dos democratas, o candidato republicano obteve maioria no colégio eleitoral. A votação geral, por outro lado, expôs uma grande divisão na população norte-americana, com Hillary Clinton vencendo por uma pequena margem de votos.

A vitória de Donald Trump não era esperada. Tomou de surpresa a imprensa brasileira. Ao que parece, o desconcertante resultado desmoronou a esperança mundial de os Estados Unidos terem pela primeira vez uma presidente mulher, sucedendo a um primeiro negro. A uníssona torcida para que vencesse Hillary, agora, se tornou em uma questão: como será de fato o governo de Trump? Cada país avaliará como será atingido pelo programa protecionista e discriminador. Cada um terá de se ver com as medidas do novo governo. A esperança está em que o “conservador” não cumpra os objetivos anunciados e não desenvolva uma política internacional de confrontação.

O que pode esperar o Brasil? Em geral, está claro que não será fácil viabilizar a mudança, anunciada pelo governo golpista de Michel Temer, de reaproximar-se dos Estados Unidos e dar prioridade às

suas relações no continente latino-americano. A sensação inicial é de que o País não terá tantos problemas com o protecionismo, uma vez que é deficitário em seu comércio com os norte-americanos. Ocorre que não se trata apenas de uma relação bilateral. A economia brasileira se vinculou sensivelmente com a China e com os Brics em geral. Caso Trump prejudique o fluxo de matérias-primas e produtos agrícolas (commodities), agravará a crise interna do Brasil.

Um aspecto que preocupa a burguesia brasileira e o governo é a promessa do republicano de realizar uma “política fiscal expansionista”, o que poderia elevar as taxas de juros nos Estados Unidos. A brutal recessão em que a economia brasileira mergulhou pôs na ordem do dia a emergência da crise estrutural da dívida pública. Um desequilíbrio nas taxas de juros e no câmbio ampliará a desorganização e impulsionará o caos econômico-financeiro. Por enquanto, essa é a preocupação do governo golpista, que aproveita a eleição indesejada de Donald Trump para afirmar sua política antinacional e antipopular.

A visão burguesa dos acontecimentos políticos que estremeceiram os Estados Unidos certamente é oposta à do proletariado, ou seja, à do marxismo-leninismo-trotskismo. O fenômeno Trump é expressão da desintegração do capitalismo mundial, do qual os Estados Unidos são o carro-chefe. Sua eleição resulta da presença de tendências fascizantes da política burguesa imperialista. Trata-se da necessidade das potências reagirem à contradição entre as forças produtivas e as relações de produção, descarregando a sua decomposição sobre as massas e os países semicoloniais, como é o caso do Brasil.

Falou-se muito em incertezas, o que significa esperar para ver. Essa é a conduta da burguesia nacional e de seus porta-vozes, serviçais do imperialismo. Ao contrário, temos a certeza absoluta de que a política fascizante de Trump se voltará com maior determinação contra os explorados e as nações oprimidas. Procurará conter a luta de classes e a rebelião dos povos saqueados pela via do esmagamento. Nota-se, portanto, a prematura capitulação da burguesia brasileira e do governo Temer ao fascista Trump, ou seja, à nova ofensiva do imperialismo que está por vir.

Trata-se de organizar a luta anti-imperialista, dirigida pelo proletariado. Os sindicatos, as centrais, os movimentos e as correntes de esquerda têm a obrigação de se colocarem pela constituição de uma frente única anti-imperialista. A classe operária, sem dúvida, se encontra em atraso até mesmo na resistência aos ataques do governo direitista de Temer. Mas, nem por isso, deixa de ter o seu programa revolucionário, anti-imperialista e anticapitalista, conquistado pelo proletariado mundial. Trata-se de lutar por ele nas condições particulares que o País atravessa. Em seu fundamento está a tarefa de expropriar a grande propriedade privada dos meios de produção e transformá-la em propriedade social. É com essa orientação que o proletariado pode dirigir a luta pela independência nacional e responder tanto à ofensiva do imperialismo quanto à subserviência da burguesia nacional. Está colocada a bandeira de não pagamento da dívida pública! Fim do saque do Tesouro Nacional! Está colocada a plataforma de defesa dos empregos e dos salários! Derrotar a política do governo golpista, organizando a frente única anti-imperialista. É por esse caminho que os explorados brasileiros devem responder à eleição de Trump e às tendências fascistas da política burguesa.

A crise política exige resposta proletária

O governo golpista de Temer, por enquanto, não enfrentou novos tropeços, como no seu início, quando teve de destituir ministros investigados pela Operação Lava Jato. A aprovação da PEC 241, por ampla maioria, na Câmara Federal, o deixou tranquilo. Espera repetir a façanha no Senado. A frente que promoveu o impeachment de Dilma Rousseff permanece unida. Há um consenso entre as frações da burguesia de que, custe o que custar, é preciso que a diretoria econômica do governo caminhe. De maneira que Temer não vê grandes perigos no Congresso Nacional.

No entanto, a crise política não só permanece como se agrava. O campo de manobra é estreito, diante da persistência da recessão e da previsão de que a retomada do crescimento será lenta e frágil. A tão indesejada vitória de Trump nos Estados Unidos trouxe nova apreensão para a burguesia e seu governo. Se forem postas em prática medidas fiscais expansionistas, o problema da dívida pública, que esteve e está no centro da crise política no Brasil, pode agudizar-se. Os sinais da crise mundial do capitalismo não são nada positivos. Nessas condições, o isolamento do governo Temer diante das massas tende a aumentar.

Está cada vez mais claro aos explorados que a PEC 241 serve tão somente aos interesses dos capitalistas. Postos em prática o teto de gastos do Estado e a contenção dos recursos destinados à saúde, educação, bolsa família, etc., bem como a contenção do salário mínimo, a vida da maioria dos brasileiros será duramente atingida.

As manifestações do dia 11 de novembro assinalaram a disposição de resistência dos oprimidos, ainda que tenham em grande medida contado com funcionários públicos, estudantes e movimentos organizados (MST, MTST, etc.) A mobilização de setores da classe média, certamente, chama a atenção da classe operária, que está contida pela política de colaboração de classes da burocracia sindical e golpeada pela onda de demissões, sem que tenha havido uma resposta à altura.

A burguesia e seu governo sabem perfeitamente que o aperto do cerco aos explorados pode modificar a relação de dependência do proletariado diante da burocracia colaboracionista. O movimento operário pode romper os diques que o represam. Há um descontentamento que fermentou diante da destruição maciça de postos de trabalho, mas que foi sufocado pelos acordos de flexibilização capitalista do trabalho.

A vaga de ocupações de escolas e universidades está refletindo uma contestação ao governo golpista suficiente para impossibilitar a estabilidade governamental e impulsionar a crise política que não foi resolvida pela expulsão do PT do poder. Basta que a classe operária passe a defender suas reivindicações para que se conforme um grande movimento nacional contra o governo golpista.

Temer negocia com a Força Sindical e a UGT uma forma de isolar a CUT e evitar que a classe operária escape aos aparatos de contenção. A divisão do Dia Nacional de Greve (11/11) foi um gesto da burocracia forçista, que apoiou o golpe, no sentido de mostrar ao governo a sua importância para a estabilidade política e para as negociações em torno das reformas previdenciária e trabalhista. Depois da PEC 241, o governo encaminhará a reforma da Previdência. Será o teste mais difícil para o governo, que precisa da desativação das lutas em curso.

A falência do estado do Rio de Janeiro e as mobilizações, que incluem setores do aparato policial, somente na aparência é um acontecimento colateral. O mesmo ocorreu há pouco tempo com o Rio Grande do Sul e Paraná. A situação da maioria dos estados é crítica, se não de declarada quebra orçamentária. A contenção do movimento operário e a atomização das lutas pelas direções burocráticas e pela influência do PT indicam por que ainda não se armou um choque aberto das massas com o governo golpista.

A Operação Lava Jato continua a ser um fator da crise política. Para os golpistas, sua função já foi cumprida. No entanto, os investigadores têm em suas mãos um explosivo material que atinge mais amplamente os partidos burgueses. Está difícil realizar uma engenharia que conclua o processo que levou ao expurgo do PT do manejo do Estado. A implicação de homens como Renan Calheiros e Romero Jucá é uma ameaça da Lava Jato que pode chegar ao âmago do governo. Trava-se, assim, um embate nos bastidores do poder, que acaba por extravasar nas discussões sobre a Lei de Abuso de Autoridade e as Dez Medidas Contra a Corrupção patrocinada pelo Ministério Público Federal.

As novas prisões preventivas, agora atingindo os ex-governadores do Rio de Janeiro, Anthony Garotinho e Sérgio Cabral, voltaram a alvoroçar as instituições. São demonstrações de que o PT fez apenas sua parte na ampla rede de corrupção que envolve o poder econômico e político. O problema para o governo golpista está em como estancar a hemorragia que pode atingi-lo. Crescem as pressões no Senado e na Câmara Federal para reduzir e disciplinar o poder alcançado pelos procuradores, delegados e juizes, em particular por Sérgio Moro.

A invasão da Câmara dos Deputados, no momento em que discutia como aliviar o peso da Lava Jato sobre seus ombros, por um grupo de direitistas, que evocou a intervenção militar, dá bem a dimensão das forças cegas que impulsionam a crise política. A derrubada de Dilma Rousseff evidenciou o ativismo político das inúmeras instituições e figuras da burocracia (juizes, procuradores, etc.). A dificuldade do governo está precisamente em como conter as forças centrífugas da política e das instituições estatais e como desencadear a repressão generalizada ao movimento dos explorados e da juventude.

É preciso prestar atenção na ação da direita, ainda que apareça de forma molecular. Esteve presente e se potenciou no processo de impeachment. Agora, no Paraná, atuou contra as ocupações das escolas e universidades, por meio do Movimento Brasil Livre (MBL). Não é casual que se tenha promovido a invasão da Câmara Federal para levantar a bandeira de golpe militar. Acrescenta-se a esses acontecimentos a ocupação policial da Escola Nacional Florestan Fernandes do MST, no dia 4/11, como parte da criminalização dos movimentos sociais. São sintomas de agravamento da luta de classes.

Somente a classe operária pode dar respostas à ampla e profunda crise política. O que significa que entre as classes oprimidas é a que encarna o programa e a política de luta contra o capitalismo em decomposição. É preciso tomar a frente dos múltiplos movimentos que se chocam com o governo golpista e com a burguesia. Está diante da tarefa de combater a política antinacional e antipopular de Temer e

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL N° 630 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO – www.pormassas.org**

liderar as lutas contra os ataques da burguesia. A vanguarda independente da política burocrática e do reformismo petista é chamada a concentrar seus esforços para mobilizar a classe operária.

A luta contra a PEC 241 do Teto e a MP 746 do Ensino Médio é apenas o começo de um duro embate com o governo golpista. É preciso fortalecer a organização independente dos explorados diante da política governamental e do reformismo petista que passou para a oposição. A frente de combate ao governo Temer somente prosperará e servirá ao proletariado se não estiver sob a direção da burocracia e do reformismo prostrado. Essa é a chave da situação. A classe operária necessita superar a crise de direção, pondo em pé seu partido revolucionário, que se encontra

Dos 26 estados brasileiros, 21 estão quebrados

Rio de Janeiro é o carro-chefe na implantação das medidas de Temer/Meirelles

A crise econômica - queda na arrecadação de impostos e dívidas volumosas - empurra os estados para o precipício. Os atrasos nos salários do funcionalismo e os cortes de recursos à saúde, educação e moradia foram as primeiras medidas implantadas pelos governadores. Os enormes rombos nas contas públicas estão sendo despejados sobre a população, principalmente sobre os que dependem dos serviços públicos, das aposentadorias e pensões. A política do governo federal de refinanciamento das dívidas dos estados, por meio do duro pacote contido na PEC 241, para os estados que estão literalmente quebrados, é uma ação para o futuro. É o que se passa com o Rio de Janeiro. O governador Luiz Fernando Pezão/PMDB, seguindo as orientações de Temer/Meirelles, colocou na Assembleia Legislativa um conjunto de violentas medidas que golpeiam o funcionalismo, os serviços sociais e os benefícios assistenciais. Não é de hoje que os salários dos servidores e aposentados vêm sendo parcelados, chegando ao ponto de dividir o salário de outubro em 7 parcelas.

As medidas são uma paulada sobre os explorados

- 1) O aumento do desconto nos salários dos servidores para a Previdência, de 11% para 14%. Essa medida penaliza os funcionários da ativa e aposentados. Para os que recebem mais de R\$ 5.189,82 por mês (bruto), o governo propõe também a cobrança de uma alíquota extraordinária de 16%, para os ativos e inativos, durante 16 meses. Portanto, para aumentar a arrecadação, a saída governamental é expropriar parte dos salários de todos os servidores, mas a medida pesa mais sobre os que ganham menos.
- 2) Os reajustes salariais estão condicionados ao crescimento da receita. Os reajustes, que foram concedidos em 2014, seriam parcelados em 2017, 2018 e 2019, mas foram adiados para 2020, 2021 e 2022. Assim, anulam-se os acordos feitos com setores dos servidores públicos e se impõe o congelamento salarial.
- 3) A eliminação do programa “Aluguel Social”, a partir de junho de 2017, destinado aos desabrigados. Um contingente de miseráveis depende desse auxílio em função das perdas de suas casas e desocupações de terrenos.
- 4) Fim do programa “Renda Melhor”, em janeiro do próximo ano, para famílias atendidas pelo Bolsa Família. Retira um complemento que era concedido para as famílias que depen-

na forma embrionária no POR.

Está colocada a defesa da convocação das assembleias sindicais, populares e estudantis para organizar a luta unitária contra o governo golpista e para enfrentar a ofensiva da direita. Está colocada a tarefa de formar os comitês local, regional e nacional, que sejam expressão das massas em movimento, que as impulsionem pelo método da luta de classes e que garantam a unidade frentista. Está colocado o enfrentamento da maioria explorada à PEC 241, à MP 746, à reforma da previdência e trabalhista. Está na ordem do dia a bandeira de não pagamento da dívida pública, defesa da economia nacional e proteção à vida da maioria oprimida. Por essa via, as condições para a greve geral amadurecerão.

dem da esmola do Bolsa Família.

- 5) Redução do subsídio do bilhete único para até R\$ 150. Fim da gratuidade do transporte de barcas para moradores da Ilha Grande e da Ilha de Paquetá. São 4 mil pessoas que dependem desse transporte e que passarão a pagar a tarifa.
- 6) Transferência do “Restaurante Cidadão”, que serve comida a preços populares, para os municípios, caso queiram assumir. Na verdade, significa o fechamento.
- 7) Aumento de impostos para alguns produtos e para a energia elétrica residencial e gasolina.

Eis aí uma parte do retrato dos cortes, que servirão para aumentar a arrecadação, cumprindo com o pagamento da extraordinária dívida pública. É o maior sacrifício já imposto à população explorada. A aprovação na Assembleia Legislativa servirá de modelo para os demais estados, que se encontram em situação semelhante. Servirá também de teste para as reformas da previdência e trabalhista que estão sendo gestadas no governo Temer.

Nenhuma conciliação. Nada de emendas às medidas de Pezão

Diante das manifestações dos servidores, o governador recebeu o reforço de Temer, que enviou a Força Nacional de Segurança para reprimir os protestos. Pezão cercou com grades a Assembleia Legislativa (ALERJ), nos moldes de Alckmin em São Paulo, para impedir que nova ocupação ocorresse.

No dia em que se iniciou a discussão das medidas (16/11), o protesto reuniu milhares de trabalhadores e foi contido pela ação da polícia, cavalaria e bombas. Porém, chamou atenção o acordo entre parlamentares, policiais e dirigentes sindicais de abertura de uma negociação antes da votação das medidas. Aí mora o perigo!

Certamente, o governador depende da contenção das manifestações e, para isso, utiliza uma suposta negociação com os dirigentes para ocultar seu autoritarismo e comparecer como democrático perante os explorados. Aparecer como aquele que não se nega a discutir, mas que não tem outra saída para tirar o estado da falência a não ser sacrificando os pobres e miseráveis.

O governo sabe que, se houver uma divisão entre os servidores, fica mais fácil a aprovação das medidas. O que não é impossível. Basta ver que, entre os servidores, uma boa parte é constituída de agentes de segurança, bombeiros, policiais, etc., que, em

boa parte, serve à repressão estatal. Pezão poderá aceitar uma ou outra emenda vinda de algum setor do funcionalismo, desde que não modifique a sua essência, que é a de cortes. Por isso, as emendas serão uma traição à luta contra o plano do governador.

Unidade do funcionalismo e demais explorados

Os funcionários públicos necessitam da unidade para enfrentar Pezão e os parlamentares aliados. Mas, acima de tudo, precisam fortalecer a coesão entre os explorados em geral, que também serão atacados. Os sindicatos devem fazer uma ampla campanha nos bairros pobres, mostrando o quanto serão prejudicados, no sentido de trazê-los para a luta. É fundamental a campanha junto

às fábricas, objetivando a unidade com a classe operária, também atingida pelas medidas. Só com a paralisação da produção, dos serviços públicos e com a generalização dos protestos é que o Plano de Pezão será derrubado.

A derrota do governador do RJ pesará sobre as medidas que serão impostas pelos demais governadores e pelo governo golpista de Temer. Está aí por que há um esforço centralizado do governo federal, dos governadores e da burguesia para sua aprovação em um dos estados mais importantes da federação.

A tarefa dos sindicatos e centrais é potencializar a luta geral. Convocar as assembleias, constituir os comitês nos bairros, fortalecer as ocupações e greves nas universidades, esse é o caminho.

Combater com a greve e manifestações a lei da terceirização

Temer, o Congresso Nacional e capitalistas têm pressa em aprovar medidas contidas na reforma trabalhista. Tudo indica que o Senado votará o PLC 30, de 2015. É a lei da terceirização, já aprovada na Câmara dos Deputados, como PL 4330. Trata-se do avanço da terceirização para todas as atividades privadas e públicas. Permite que as empresas terceirizadas sejam cooperativas ou mesmo associações, transformando os trabalhadores em prestadores de serviços. Ao invés de assalariados com carteira assinada, passam a ser “pessoas jurídicas”, sem os direitos trabalhistas, como 13º salário, FGTS e férias.

A CUT divulgou o parecer do relatório da Comissão, feito pelo petista Paulo Paim, contrário ao PLC. O relatório se limita a impedir que a terceirização chegue a “atividade-fim” e a pedir a regulamentação dos contratos terceirizados já existentes. A central anunciou que o presidente do Senado, Renan Calheiros/PMDB, também é contra. E, assim, fará os conhecidos lobbies nos gabinetes dos demais senadores para que rejeitem o PLC 30. A participação das centrais nas manobras parlamentares serve à colaboração e à derrota.

A aprovação da lei da terceirização é um profundo ataque aos direitos trabalhistas e ao avanço da precarização das condições de trabalho. Basta ver que os terceirizados recebem 25% menos, têm uma jornada de 4 horas a mais, correm mais risco de doenças e acidentes e estão sujeitos à maior rotatividade no emprego, quando comparamos com os trabalhadores com contratos diretos.

Como a classe operária está sob a direção das burocracias sindicais, não pode responder coletivamente e nas ruas a tamanha violência contra os direitos. Por sua vez, as centrais se agarram aos métodos parlamentares de “barrar projetos por meio de lobbies”. Essa é a via da impotência e do imobilismo. É preciso que a vanguarda denuncie e rejeite a vergonhosa capitulação dos burocratas e lance uma campanha nas fábricas contra o PLC 30, que deve fazer parte da luta contra a PEC 241.

Abaixo a terceirização! Que todos os terceirizados sejam efetivados! Essas são as bandeiras de luta contra a burguesia e o governo golpista.

ROMPER O DIVISIONISMO DAS CENTRAIS E GANHAR UNITARIAMENTE AS RUAS

Depois da divisão em torno do dia 11 de novembro, em que a CUT convocou os atos, sem a presença da Força Sindical e UGT, novamente se reagrupam para a convocação do dia 25, embora a CUT esteja discursando mais em favor do dia 29, data prevista para a votação da PEC 241 (agora 55).

A Força Sindical e aliados querem repetir os atos isolados e relâmpagos nas portas das fábricas e, onde for possível, fazer uma paralisação de algumas horas. A CUT, por sua vez, não é contra esses atos, mas está voltada a “pressionar” os senadores para que votem contra a PEC. O dia 29 corresponde à votação do 1º turno no Senado; o segundo está previsto para a primeira quinzena de dezembro.

Como se vê, tudo coisa de burocratas sindicais. Cada uma das centrais procura preservar seu feudo. Nenhuma está disposta a organizar a classe operária para barrar nas ruas a PEC do Teto, que cortará ainda mais recursos da saúde, educação, moradia e previdência.

Como se vê, a classe operária está à mercê do jogo das burocracias sindicais, que se dividem em pró-governo (Força Sindical, UGT, etc) e opositoras (CUT, CTB, etc). O divisionismo corresponde ao papel das burocracias de servirem de correia de transmissão

da política burguesa. A via de combater a burocracia e o consequente divisionismo é realizar um trabalho no seio da classe operária com o programa revolucionário.

A experiência que estamos vivendo após o impeachment do governo do PT demonstra que a política de conciliação de classes continua em pé. A CUT se mostra incapaz de organizar o movimento nacional contra o governo golpista e impotente diante das manobras antioperárias da Força Sindical. A CSP-Conlutas se revela diminuta perante as grandes tarefas do movimento operário e assim não consegue dar um passo à frente na luta pela independência de classe dos explorados. Não consegue combater as manobras divisionistas dos governistas e opositoristas, presos ao campo da política burguesa.

Nossa luta é para que o dia 25 seja de mobilização nacional e que sirva para potencializar o dia 29. As bandeiras devem ser claras:

Abaixo a PEC 241! Abaixo a PLC 30! Abaixo a MP 746! Abaixo as reformas da previdência e trabalhista! Não pagamento da dívida pública! Abaixo o governo antinacional e antipopular de Temer! Por um governo operário e camponês!

Atos do dia 11 no Rio Grande do Norte

Além dos atos realizados nos vários municípios, no dia 11, no RN, promoveram-se bloqueios de rodovias em vários pontos do estado. Desde as reuniões do Fórum Estadual de Lutas, até a reunião unificada das centrais, a orientação foi a de ações de bloqueios descentralizados, a fim de interromper por um período a economia.

Natal

O dia 11, em Natal, contou com a paralisação dos rodoviários e ferroviários desde o início do dia, o que dificultou, de imediato, a ida ao trabalho. À execução de um ou outro ato menor, ocorreram dois atos principais.

O primeiro ocorreu desde a madrugada, no gancho de Extremoz, com o objetivo principal de paralisar o setor fabril. Contou com cerca de 300 pessoas, desde estudantes, MST, MLB (Movimento de Luta nos Bairros), além de dirigentes de sindicatos, como dos têxteis, metalúrgicos, SINASEFE, etc. Tal proposta, que foi colocada na reunião das centrais, veio a partir da CUT. Tratou-se de uma ação essencialmente de bloqueio de rua, que após algumas horas, ao se deslocar, também impôs o fechamento de grandes lojas e um hipermercado.

O segundo ocorreu na Av. Salgado Filho (BR 101), com início às 10h, e contou com cerca de 2 mil pessoas, composto principalmente pelo funcionalismo público (saúde, educação, administrativos, previdência, bancários, etc), além de estudantes. A proposta desse ato veio a partir do Fórum Estadual de Lutas, que congrega principalmente servidores públicos. Em suas reuniões, apesar de ter se discutido o caráter de ações coordenadas de bloqueios, e de que não adianta mais fazer caminhadas, a CSP-Conlutas tem ainda pressionado para atos unificados de caminhada. O resultado foi a proposta de uma caminhada do Midway até a altura da Governadoria, para então se fazer um bloqueio de toda a BR.

Ao se chegar no ponto de bloqueio, porém, não teria sido bloqueada toda a avenida se não fosse a radicalidade dos secundaristas das escolas ocupadas e IFRN, que empurraram o ato para interromper todas as vias, que só durou apenas 5 minutos pelo fato de que as direções sindicais, ao invés de mobilizarem para engrossar a fileira, pressionaram para que o ato retornasse para apenas uma via, para que pudesse, em seguida, ser finalizado dentro da Governadoria, após alguns longos discursos, onde outros estudantes secundaristas também estavam ocupando a Secretaria de Educação.

Observa-se, por fim, que a burocracia sindical da CUT, que tem ligação com o setor dos operários e assalariados do setor privado, têm proposto ações envolvendo a classe operária. A CSP-Conlutas, ao contrário, tem insistido em atos "unificados" de caminhadas e discursos, com um caráter mais de desgaste elei-

toral, do "Fora Temer", que não contribuem efetivamente para a derrota do plano de ajuste fiscal do governo.

Ceará-Mirim

Em Ceará-Mirim, antes do dia 11, houve a primeira ocupação da escola Ubaldo Bezerra contra a PEC 241/55, a Reforma do Ensino Médio, trabalhista e previdenciária, Lei da Mordada, e pela imediata reforma da escola.

O ato do dia 11, na cidade, contou com fechamento da BR de madrugada, que foi realizado pelo MST, contou com a participação dos estudantes que ocupavam a escola e militantes das correntes políticas. Seguido de caminhada e ato público, os tra-

balhadores, estudantes, camponeses e servidores se juntaram na praça da prefeitura denunciando os ataques dos governos federal, estadual e municipal.

Em Ceará-Mirim, o ato significou a retomada dos movimentos de rua, que estavam adormecidos há alguns anos. Mostrou também uma parcela da juventude que se dispõe a lutar, não para esperar que em 2018 se eleja outro presidente, mas para derrubar as medidas do governo golpista de Temer.

O POR interveio chamando a atenção da população para a criminalização da ocupação da escola Ubaldo, desenvolvida por um setor reacionário, e a resposta que estava sendo dada por uma parcela grande dos pais que apoiavam a ocupação. Defendeu a continuidade daquela

unidade dos explorados nas ruas como forma de barrar as medidas do governo Temer e concluiu chamando a população a fortalecer o movimento, construindo a luta a partir das reivindicações coletivas, com os métodos da luta de classes.

Conclusão

As ações de bloqueios de rodovias apontam a via para derrotar a PEC 241 (55). É preciso atingir os lucros dos capitalistas, pois são eles quem se beneficiarão do plano de ajuste fiscal do governo às custas do sacrifício dos explorados. Por isso, não se trata de pressionar parlamentares, ou de "desgastar" o governo com o "Fora Temer", mas sim de realizar ações de bloqueios, ocupações, piquetes, além de unificar as lutas entre os estudantes, funcionalismo, camponeses e principalmente com a classe operária. Para isso, as centrais sindicais têm a tarefa de organizar os comitês de fábricas, mobilizar os operários em defesa de suas condições de vida e contra a política econômica do governo. Além disso, é importante a realização de assembleias populares, unificadas pela base, que aprovem uma plataforma de luta, as ações diretas conjuntas e que ajudem as massas se chocarem com o Estado burguês e enxergarem na prática a necessidade de lutar por um governo operários e camponês, advindo da revolução social.



Rondônia

O QUE FOI O DIA 11 DE NOVEMBRO EM PORTO VELHO

A mobilização que ocorreu no dia 11, convocada como um dia de paralisação das atividades e de protestos, contou com a presença de vários sindicatos da educação, saúde e do funcionalismo em geral, além dos movimentos estudantil e dos Atingidos por Barragens (MAB).

Apesar da unidade em torno da luta contra a PEC 241/55, o número de participantes não chegou a mil manifestantes nas ruas de Porto Velho, mesmo com caravanas de trabalhadores de educação de outras regionais do estado.

Os burocratas dos sindicatos e das centrais aproveitaram para discursar

contra a PEC e lamentar o fato dos parlamentares de Rondônia terem votado a seu favor. Acharam um jeito de culpabilizar a população pobre de não ter eleito “seus representantes de categoria trabalhista”. E tentar “recuperar” a imagem do PT, tão vilipendiada pela imprensa monopolista.

Sob a palavra de ordem “Fora Temer”, mostrando radicalidade no protesto, os manifestantes se concentraram na Praça Madeira Mamoré e seguiram em passeata pelas principais avenidas de Porto Velho. O ato se encerrou no CPA, local do luxuoso palácio Rio Madeira,

sede do governo do estado, construído na época do governo Ivo Cassol.

O Partido Operário Revolucionário interveio com a divulgação do Manifesto e levantando as bandeiras que unificam os explorados contra as medidas do governo golpista de Temer. Reafirmando os métodos da luta direta. Ressaltando as ocupações dos estudantes e as greves de professores nas universidades. Defendendo a estratégia do proletariado para derrotar o sistema capitalista, que é a da revolução e ditadura proletárias. E mostrando a importância da construção do Partido-programa, o POR.

São Paulo

A participação dos trabalhadores da educação na paralisação do dia 11 de novembro

A participação dos principais sindicatos da educação de São Paulo no dia nacional de lutas foi aprovada anteriormente em suas instâncias. Os municipais tiveram participação pífia na manifestação, que se reuniu na Praça da Sé. Isso porque a deliberação de seu Congresso, tal como defendida pela direção (encabeçada pelo vereador do PPS, Cláudio Fonseca), já apontava para uma integração formal ao ato, haja vista que se colocou contra a realização de assembleia, nesse dia. Vale lembrar que a Corrente Proletária na Educação defendeu a proposta de participação no dia 11, com um chamado de paralisação das escolas e realização de assembleia antes do ato unificado (no mesmo dia), proposta que foi derrotada. De posse da resolução vencedora, a vanguarda sentiu dificuldade para mobilizar. Muitos trabalhadores não vieram razão para cruzar os braços, uma vez que, sem assembleia, não poderiam apontar para a continuidade do movimento. Dos que aderiram à paralisação, uma boa parte não compareceu à manifestação no centro da cidade.

Esse tipo de atitude por parte da direção só amplia a desconfiança das bases. É flagrante a contradição entre o discurso (que denuncia os ataques dos governos, qualificando-os corretamente como graves) e a prática. Se é verdade que há um conservadorismo da categoria, que dá importância em demasia para a escassez de dias disponíveis para repor o dia parado, por outro lado, a direção do sindicato reforça esse conservadorismo boicotando na prática as manifestações coletivas. Aí está o ponto central do problema: a ação da direção é decisiva. É seu papel transformar o instinto de revolta da classe em ação consciente. Ao menos esse é o papel que se espera de uma direção classista. Se as bases não comparecem, tendo a sua direção feito todos os esforços disponíveis para convocar, o problema ganha outros contornos. Quem dirige o Sinpeem, no entanto, está muito longe de ser classista.

No caso da Apeoesp, houve a convocação de assembleia e a unidade com o ato da Praça da Sé. A direção compareceu com o discurso contra as medidas do governo federal, rotula-o de golpista. Mas, não tem tido força para organizar os professores e realizar assembleias massivas. Foi o que ocorreu no dia 11, que contou com uma pequena vanguarda de professores e estudantes sob o comando da UPES, dirigida pelos reformistas do PT e os estalinistas do PCdoB.

Na assembleia, houve duas propostas. 1) da direção e correntes de esquerda ligadas ao PSOL, MAIS, PCO e PSTU de apoiar o ato do dia 29 e realizar uma caravana à Brasília, nesse dia; 2) da Corrente Proletária/POR de aprovar a greve. Essa proposta levava em consideração o avanço das ocupações dos estudantes (secundaristas e universitários), das greves de trabalhadores da educação em várias localidades e dos levantes dos servidores públicos no Rio de Janeiro contra o Plano do governador (nos moldes exigidos pela PEC 241). Portanto, uma proposta que apontava o caminho do fortalecimento das lutas nas ruas.

Venceu a proposta da direção, que sequer apontava para uma nova assembleia. Trata-se da velha política reformista de “pressão” parlamentar, que nunca dá em nada e só serve para desviar os trabalhadores do caminho da ação direta. É evidente o sentido eleitoreiro dessa linha política: o que se pretende é desgastar o atual governo, com vistas na possibilidade de nova vitória em 2018, com Lula candidato.

Ato da Praça da Sé

Após a assembleia, os professores seguiram até a Praça da Sé para o ato unificado. O protesto tomou toda a Praça. Esteve sob o comando da CUT, contou com a CSP-Conlutas, Inter-sindical e representantes dos movimentos sociais. Havia uma avaliação positiva dos bloqueios realizados pelo MST, MTST

e sindicatos em vários estados e, particularmente, a ação na avenida próxima ao aeroporto. Havia, também, um discurso comum contra as medidas do governo Temer. O ato da Praça da Sé não contou com a classe operária organizada, se limitou ao funcionalismo público e movimentos sociais. Vale lembrar a divisão das centrais. Os sindicatos ligados à Força Sindical, UGT e aliadas não compareceram. Marcando, assim, uma di-

visão burocrática no seio dos explorados.

No entanto, os efeitos nocivos da crise e os novos ataques dos governos sobre os direitos, salários e empregos crescem sem parar. Os trabalhadores e a juventude terão de se defender. Nesse percurso, a tendência é o de choque da vanguarda que luta com suas direções traidoras. Desse embate, terá de emergir uma nova direção classista e revolucionária.

MANIFESTO DIA II

Partido Operário Revolucionário

Por um movimento nacional da classe operária, demais explorados e juventude Derrubar as reformas antinacional e antipopular do governo golpista de Temer

Está em andamento a luta contra a PEC 241 e a MP 746. Trata-se de ampliar e fortalecer o movimento de resistência aos ataques do governo e da burguesia contra a vida dos explorados e da juventude.

Cresce o descontentamento em todo o país. O fato dos estudantes e funcionários públicos se colocarem em luta contra a PEC do Teto e a Reforma do Ensino Médio tem chamado a atenção da população para os perigos da política econômica e administrativa imposta por Temer.

A onda de ocupação de escolas secundaristas no Paraná colocou uma pedra no caminho dos governos. A reforma reacionária do ensino médio não era o objetivo central das forças que derrubaram o governo de Dilma Rousseff. No entanto, a mobilização estudantil acendeu um estopim sob os pés dos golpistas e colocou na ordem do dia também a derrubada da PEC 241, que é o objetivo principal de seu ajuste fiscal. A ocupação das escolas do Paraná se estendeu por vários estados, desencadeando as ocupações de universidades. Ainda que não tenha em si mesma a potencialidade para confrontar a estratégia geral de Temer/Meirelles/Padilha, indicou a via por onde as massas reagirão contra os ataques às suas condições de existência.

Diante da onda de ocupações, os governos vêm recrudescendo a pressão política e a repressão policial para bloquear o avanço da luta. Há uma intensa campanha na imprensa monopolista para proteger o governo golpista e defender a implantação das medidas antinacional e antipopular. Os golpistas têm utilizado as organizações civis, como a OAB, para pressionar os estudantes a desocuparem, sem resistência, as escolas. Não por acaso, a OAB serviu de instrumento para o golpe contra o governo Dilma. A tentativa do MBL de organizar uma tropa de choque estudantil contra as ocupações mostrou claramente que a burguesia tem estruturado seu bando para agir como agentes da agressão e intimidação.

É nessa situação que o governo golpista desencadeou uma ação policial contra o MST. A invasão a Escola Florestan Fernandes, em Guararema/SP, e a prisão de lideranças no Paraná e Goiás estão de acordo com o objetivo dos latifundiários e do agronegócio de criminalizar o movimento camponês e colocá-lo na ilegalidade. A investida repressiva é a forma do governo e da burguesia imporem as violentas medidas de Temer.

É necessário que a classe operária saia da passividade, rompendo a política de conciliação de classes da burocracia sindical, que, em essência, não se modificou com o golpe institucional. A

luta da juventude, nesse sentido, é importante justamente porque está mostrando o caminho da resistência ao governo antipopular. As forças golpistas precisam de uma base de apoio entre os explorados para ir fundo no ajuste fiscal. Está claro, porém, que o governo não terá como convencer a maioria oprimida de que o golpe foi e será benéfico para a vida dos desempregados, dos aposentados, dos funcionários públicos, dos milhões que sobrevivem com um salário mínimo, da camada de classe média arruinada (que depende da saúde e educação públicas), enfim, dos pobres e miseráveis. Temer não conta a seu favor com as ilusões que as eleições despertam nas massas, quando estas elegem um novo governo burguês. Pesa-lhe a condição de usurpador, de conspirador e de Judas do governo de Dilma Rousseff. Com seus planos violentos, antinacional e antipopular, expõe diante dos olhos da população oprimida os objetivos reacionários do golpe.

A frente burguesa, liderada pelo PMDB, PSDB e DEM, fez de tudo para convencer os explorados de que estava fazendo um bem para o país aplicando o impeachment. Agora, o plano econômico do governo Temer põe à luz do dia o objetivo de descarregar integralmente a crise capitalista sobre a maioria dos brasileiros. É contra esse governo e sua política reacionária que está em marcha um movimento de resistência.

O Congresso Nacional viabiliza a política de impor à força e por cima do povo os planos voltados inteiramente ao pagamento da dívida pública parasitária. A grande maioria de deputados que votou na PEC 241 comparece como a escória burguesa, cuja única função é a de servir ao grande capital e à causa própria, custe o que custar à economia e à vida dos explorados.

A luta pela derrubada da PEC 241, MP 746 e das reformas previdenciária e trabalhista exige a organização independente e unitária dos explorados em torno da classe operária. Para isso, é preciso não ocultar e evidenciar no movimento que o fracasso do PT se deveu precisamente por se negar a organizar a maioria oprimida contra a burguesia nacional e o imperialismo e por governar de acordo com os interesses gerais dos exploradores. O reformismo se revelou impotente diante do capitalismo monopolista, parasitário, decadente e putrefato. O governo golpista se gestou nas entranhas da impossibilidade do reformismo cumprir o prometido “desenvolvimento sustentável”, baseado na “distribuição de renda” e na “potenciação do mercado interno”. Prevaleceram o predomínio das multinacionais e o parasitismo do capital financeiro sobre a política assistencialista de “distribuição

de renda” e “inclusão social”. A experiência com o governo petista, porém, concluiu por meio de um golpe e não da luta independente dos explorados. Esse desfecho, inevitavelmente, pesa em favor do governo de Temer. Isso por que não se improvisa um movimento com reivindicações e bandeiras próprias que expressem as necessidades da maioria oprimida. O período anterior de conciliação de classes e de estatização das organizações operárias, camponesas e estudantis continua vigente, apesar do governo petista ter sido varrido do poder. As massas, porém, têm um caminho pela frente de choque com as medidas do novo governo. Esse é o aspecto favorável à resistência da maioria oprimida diante do avanço da superexploração do trabalho, da precarização das condições sociais, da miséria e da fome.

Essa conclusão política é necessária para se ter claro que não serão os mesmos reformistas que traíram os interesses da classe operária que irão organizar a unidade operária, camponesa e estudantil para derrotar o governo golpista. É necessário constituir uma nova direção vinculada à luta independente que está sendo travada. Uma direção que defenda e trabalhe pela mobilização unitária dos explorados, que impulse a democracia das assembleias, que organize as manifestações coletivas e que ajude as massas a superarem as ilusões eleitorais e as soluções parlamentares. Uma direção empenhada em potenciar as ocupações, bloqueios e greves. Uma direção que se coloque pela criação de organismos coletivos das massas em luta.

A derrota do governo virá somente com um movimento nacional. Movimento que expressará a luta política da classe operária e do conjunto dos oprimidos contra as medidas reacionárias de

(...) não se improvisa um movimento com reivindicações e bandeiras próprias que expressem as necessidades da maioria oprimida. O período anterior de conciliação de classes e de estatização das organizações operárias, camponesas e estudantis continua vigente, apesar do governo petista ter sido varrido do poder. As massas, porém, têm um caminho pela frente de choque com as medidas do novo governo. Esse é o aspecto favorável à resistência da maioria oprimida diante do avanço da superexploração do trabalho, da precarização das condições sociais, da miséria e da fome.

Temer e em defesa do emprego, do salário, dos direitos trabalhistas e previdenciários, da saúde, educação, moradia e da terra aos camponeses. Trata-se de defender um programa dos explorados diante da burguesia e do governo que descarregam a crise capitalista sobre a maioria da população. Somente uma direção sindical e política que parta da defesa dos empregos e dos salários tem como unificar o movimento contra as medidas do governo. Somente uma direção que rechace a flexibilização capitalista do trabalho, que defenda a redução da jornada sem reduzir os salários, que combata a terceirização e que exija a efetivação imediata de todos os terceirizados poderá unificar o movimento contra as medidas do governo. É com essa política que a vanguarda mobilizada deve trabalhar pela constituição de uma frente única de defesa da vida dos explorados. É por esse caminho que impulsionaremos a greve geral.

Toda força ao movimento de ocupações!

Convocar as assembleias sindicais para aprovar a greve! Convocar assembleias populares para unificar o movimento com a juventude e demais trabalhadores! Ocupar e reocupar as escolas! Constituir os comitês agrários de autodefesa como parte da luta geral! Organizar e centralizar as ocupações, greves e manifestações em uma frente única, constituída por uma direção unificada e baseada nas assembleias de base!

Abaixo a PEC 241 e a MP 746!

Não à reforma da previdência e trabalhista!

Não ao plano de privatização antinacional!

Não pagamento da dívida pública!

Fim da repressão ao MST e a todos os movimentos!

Paraná: greve estudantil da UEL resiste!

As universidades do Paraná vêm sofrendo um duro corte de verbas, sucateamento e ataques à sua autonomia há anos e pelos sucessivos governos. O movimento estudantil e as diversas direções – PSTU, PT, PSDB e outros – não conseguiram se colocar à altura da luta em defesa da universidade pública.

Este ano, ao menos na UEL, o movimento retomou um caminho de organização e de enfrentamento dos problemas políticos gerais e locais. No contexto da greve dos servidores públicos – que inclui professores e funcionários da UEL –, os estudantes deflagraram greve a partir do dia 14/10, reivindicando a luta contra a PEC 241, MP 746 e Lei da Escola Sem partido. Também reivindicam a luta pela ampliação da moradia estudantil, soberania dos moradores da casa e contra a expulsão de uma estudante da moradia estudantil, que ocorreu de forma arbitrária pela reitoria. A paralisação também defendeu a pauta de luta pela permanência das cotas raciais na universidade, pois com argumentos racistas e elitistas, grupos da burocracia universitária estão tentando retirar à força as migalhas oferecidas pela universidade. Apesar da direção do DCE defender acesso universal a universidade, neste momento, apoiou a luta das cotas contra o reacionarismo presente nesta situação.

Após a suspensão da greve pelos docentes e funcionários, a greve estudantil passou a ser o alvo da repressão e do reacionarismo da burocracia universitária. A reitoria fingiu que não existia a greve dos estudantes e desprezou a pauta de reivindicações do movimento. Não houve outra saída senão ocupar a reitoria como forma de abrir as negociações. Mesmo assim, depois de uma semana de ocupação, a reitora não se encontrou com os estudantes, limitando-se por mandar um “negociador” que não tinha autonomia para negociar, e sim apenas trazia as vontades da reitora. Porém, as pautas foram caminhando centímetro por centímetro, em um passo lento e exaustivo para o comando de greve.

Foi somente, depois de muita pressão e resistência, no dia 14/11, depois de 11 dias ocupando a reitoria, que a reitora se encontrou pessoalmente com os estudantes. Com propostas extremamente autoritárias e ameaçadoras, conseguiu-se avançar em alguns pontos da pauta, dando um passo para a desocupação da reitoria.

Reitora tenta decretar desocupação da reitoria

Na terceira mesa com o negociador da reitora (penúltimo encontro até o momento), a proposta de atendimento das pautas

estudantis da reitora veio condicionado com uma cláusula de desocupação da Reitoria em 72 horas. Os representantes do comando de greve que estavam na mesa não acataram por se tratar de uma proposta repressora e impositiva. Estava evidente que não se tratava de uma negociação, mais sim de um decreto que mostrava a truculência da burocracia.

O Comando de Greve não assinou a proposta da reitora e exigiu, mais uma vez, que a mesma comparecesse à mesa de negociação. Fato que ocorreu depois de 4 dias.

O descaramento é tamanho que a reitora afirmou para os estudantes que o prazo de desocupação estava correndo e iria entrar com pedido de reintegração de posse, afirmou que ela é a reitora, independentemente de assinada a proposta ou não, só vale o que ela quer. Aí está o caráter repressivo da burocracia universitária. O comando de greve, porém, não se intimidou e depois de 4 horas de conversa a reitora retrocedeu.

Movimento Filhos da UEL jogam contra a universidade pública e gratuita

Na última quinta-feira (10/11/2016), o movimento foi surpreendido por um ato de estudantes contrários à greve e as ocupações. Dezenas de estudantes, liderados por uma estudante ligada ao MBL, intitulados “Movimento UEL livre”, se reuniram em frente à reitoria e pediam a volta às aulas e contra os “(des)ocupados”. Mais uma vez o comando de greve e os estudantes do movimento mostraram capacidade para quebrar as pressões da direita e, através de uma reunião aberta e improvisada no calor do momento, mostraram e demonstraram a justeza do movimento e muitos estudantes contrários passaram a compor, como representante de curso, o comando de greve, ampliando ainda mais

Pernambuco

Docentes da UFPE em greve: pela construção da greve geral contra os ataques do governo Temer

No dia 10/11, os docentes da UFPE aprovaram a deflagração da greve por tempo indeterminado. Foram 367 votos a 347, e 5 abstenções. A decisão foi tomada em uma assembleia manobrada do início ao fim pela direção burocrática da Adufepe (PCdoB). Na assembleia anterior, de 04/11, após a aprovação da greve, a mesa encerrou bruscamente os trabalhos, impedindo a discussão dos encaminhamentos. Desta vez, professores mobilizados pela greve geral se reuniram antes e exigiram, desde o início da assembleia, que a mesa fosse alterada, incluindo um representante da plenária e deixando apenas dois diretores. A direção acatou, mas chegou à assembleia com cédulas, afirmando que a decisão seria feita por votos em urnas. Apesar das defesas para que se mantivessem os votos abertos, partindo do princípio de que os votantes deveriam se comprometer com suas decisões, esta questão de ordem foi à votação e perdeu.

Outra derrota foi em relação à quantidade de falas. Houve um bloco inicial de três falas de docentes favoráveis à greve e três contrários, além de quatro de estudantes. Foi negada a palavra aos técnicos. A duração era de apenas dois minutos. Ante o pedido de mais um bloco, a questão foi à votação, com cerca

o movimento.

Todas as reivindicações do movimento anti-ocupação foram apreciadas e derrotadas no comando de greve. Percebendo o rechaço da proposta de chamar uma Assembleia Geral para decretar o fim da ocupação e da greve estudantil, pelos estudantes organizados, alguns estudantes ainda contrários ao movimento, em uma atitude desesperada, chamaram por conta própria uma assembleia para aprovarem o que quisessem. O comando de greve, após nova proposta da reitoria, chamou uma assembleia antes para se contrapor ao chamamento antidemocrático.

Todas as ações desse grupo estão sendo propagandeadas pelas redes sociais sob o nome de “Filhos da UEL”. Denunciamos que tais ações fomentam dois caminhos extremamente nocivos para o movimento. Em primeiro lugar, essas posições divisionistas e antidemocráticas se materializam na desorganização e na fratura das negociações já debilitadas com a reitoria, uma vez que instaura uma divisão entre os estudantes, o que dá força à burocracia universitária.

Em segundo lugar amplificam as posições mais reacionárias e fascistas dentro da Universidade. Fato concretizado no dia 13/10, quando um estudante provocador filmou os estudantes da ocupação, forçou uma “briga” e depois voltou para pegar o nome do suposto agressor para dar à polícia, forçando a entrada e agredindo os ocupados.

É sintomático que as ações truculentas contra os lutadores venham recrudescer ao longo das lutas travadas na Universidade, enquanto os opositores não compreenderem que as greves e ocupações não são fruto das ambições pessoais de quem se coloca no caminho da luta, mas sim de ataques concretos contra a universidade e a vida da maioria explorada.

de 30 minutos para contar os votos e venceu o encerramento do debate. Ou seja, em quatro horas de assembleia, houve apenas 12 minutos de discussão da pauta pela categoria. As manobras esvaziaram o debate político, acirraram os ânimos, mas não garantiram a vitória da direção, que acabou perdendo nas urnas. Foi importante a abertura da assembleia com os informes das ocupações estudantis, dos secundaristas do colégio de aplicação, dos técnicos em greve e outros sindicatos. A fala garantida aos estudantes de direita, da UFPE livre, só expôs sua ausência de conteúdo. O presidente da ADUFEPE deu um informe todo manipulado e falsificado sobre a conjuntura nacional, inclusive negando a existência das greves da UFU/MG e UFPel/RS e provocando os estudantes a partir do caso do Proifes, na UFG, em que houve enfrentamento físico entre a direção burocrática e os estudantes.

Greve por quê?

No debate sobre o conteúdo, as falas contra a greve se dividiram entre a defesa da greve geral abstrata, contra a greve concreta ou a fala mais coerente de negação da greve como defesa de que a PEC é necessária. Nas falas favoráveis, destacou-se que a greve

era a forma de fortalecer a resistência dos estudantes no país e na UFPE. A juventude, ao iniciar as ocupações de escolas contra a Reforma do Ensino Médio, se constitui no elemento mais dinâmico da conjuntura nacional e agora projeta o movimento contra a medida central do governo de Temer, o ajuste fiscal plasmado na PEC 241/55. Ressaltou-se a necessidade de uma greve ativa, radicalizada e mobilizada, que possa ganhar as ruas para chamar os demais trabalhadores à luta. Foi destacado que é preciso mostrar aos demais explorados que os servidores públicos não são a causa da crise e que barrar a PEC também é um bloqueio para o avanço da reforma previdenciária, que nos fará trabalhar até morrer, e a reforma trabalhista, que colocará o negociado acima do legislado.

Repressão e judicialização

Com a determinação do STF de que os salários dos servidores públicos devem ser cortados desde o primeiro dia de greve, coloca-se como urgência a defesa do direito de greve. Sem ele, todos os outros direitos estão ameaçados. Foi lembrado que este instrumento histórico da classe operária tem que ser defendido, independente do que diz a legislação burguesa. Além disso, no interior da universidade, como parte da afirmação prática da autonomia, coloca-se em questão a exigência de que chefias, diretores e reitor não entreguem as listas de presença.

O diretor do Centro de Ciências Jurídicas da UFPE já se antecipou comunicando que irá contribuir com o corte dos pontos. Foi neste mesmo centro que a ocupação estudantil foi judicializada e a desocupação está sendo negociada com a reitoria. O MEC já mandou ofício para reitorias das instituições de ensino para que sejam delatados os nomes de grevistas e ocupantes. Em reunião com os técnicos, a reitoria se comprometeu a não enviar as informações, mas não temos motivos para confiar nas palavras da burocracia universitária. A mesma que já criminalizou estudantes e técnicos que continuam a responder processos administrativos e na polícia federal por ocupações passadas pela homologação do novo estatuto e contra cortes na assistência estudantil.

É urgente unificar estudantes, técnicos e professores contra todo tipo de repressão e cerceamento do direito de organização, expressão e manifestação. Trata-se do direito de se defender diante dos ataques dos governos.

Direção da ADUFEPE sabota a unidade

Desde a assembleia de 14/09, foi aprovada a formação de um Comando Unificado de Mobilização com os três segmentos. A Direção da Adufepe (PCdoB) não moveu uma palha para concretizar esta deliberação. Pelo contrário, faz de tudo para dificultar que se materialize. Apesar dos burocratas, o comando começou a se formar. Já foram feitos três boletins unificados e foi convocada uma Assembleia Unificada para o dia 17/11. Sabendo disso, a Adufepe chamou a reunião de formação do comando de greve docente para a mesma data, sobrepondo atividades que não são excludentes. Foi feita uma carta aberta de denúncia à direção. A Assembleia Unificada aconteceu, com grande participação e atraiu Centrais como a CUT e CSP-Conlutas, representações de ocupações e greves da Universidade Federal Rural de Pernambuco, Universidade Estadual

de Pernambuco, de vários campi do interior, além de delegações dos campi do Agreste e Vitória de Santo Antão. Os informes das diversas lutas mostrou a efervescência do estado, que já conta com várias escolas ocupadas. Foi aprovada a pauta nacional e local, além de indicações para o ato do dia 25/11 e a caravana de 29/11 em Brasília. O Comando de greve foi instalado e após suas primeiras deliberações se somou à Assembleia Unificada.

Perplexos, muitos docentes questionam o que explica a postura sabotadora da direção da Adufepe, já que os diretores se dizem a favor da greve geral. Arriscamos algumas explicações. Como toda burocracia, os movimentos dos estalinistas na Adufepe é de autopreservação. Temem que, com o movimento, percam o controle da categoria. Seu vínculo nacional com a CUT e CTB os coloca no campo dos que falam de uma greve geral abstrata, mas não a constroem efetivamente. Serve como blefe condicionado à continuidade da política de conciliação de classes. Não por acaso, nem disfarçam o objetivo de desfilial a seção do Andes e juntar-se ao Proifes. Uma federação biônica criada no seio do

governismo petista com o único objetivo de assinar acordos para por fim a greves que não fizeram. Um fator local que move a sabotagem é que são aliados do reitor Anísio Brasileiro. É impossível separar a luta contra os cortes de Temer da luta contra os cortes nas sete mil bolsas estudantis e na proposta de aumentar o RU para R\$10. Não há como desvincular a luta contra a criminalização do STF e MEC, dos processos e perseguições políticas que a reitoria promove hoje. Por isso, os burocratas da ADUFEPE fogem da unidade como o diabo foge da cruz.

Perspectivas do movimento

A greve das universidades foi impulsionada pelas ocupações estudantis. Já são 25 Instituições que deflagraram a greve docente. A unidade dos três segmentos é decisiva para que o movimento possa se projetar para as ruas e impulsionar o movimento mais geral da classe operária e demais explorados. Todo avanço da luta tem se colocado como confronto com as medidas do governo golpista de Temer. A tendência é a de que os explorados saiam à luta em defesa de suas vidas, seus empregos e seus salários. Coloca-se objetivamente a necessidade da frente única local, regional e nacionalmente. As burocracias sindicais, ao manterem a política da colaboração de classes, servem como contenção à centralização das lutas. São mais um obstáculo que deve ser superado para que possamos pôr abaixo o governo golpista de Temer e suas medidas antinacionais e antipopulares.

Adquira com o distribuidor de Massas: R\$ 35

ASCENSO E QUEDA DO PT

Este livro contém parte substancial da história do PT, de sua ascensão e queda. O mais importante, porém, se encontra na luta dos marxista-leninista-trotskistas em torno da formação do partido revolucionário. O livro Ascensão e Queda do PT é a prova viva do trabalho sistemático de elaboração do programa da revolução proletária.

A luta pela construção do Partido Operário Revolucionário



A Apeoesp realizará seu congresso entre os dias 22 e 25 de novembro, nos moldes burocráticos dos congressos passados. A Corrente Proletária/POR intervirá por meio da Tese 3, publicado no caderno de Teses. Atuou junto às escolas elegendo delegados. Nos Encontros Regionais, expôs suas posições e constituiu sua delegação. No início do congresso, divulgará o Manifesto que segue abaixo.

MANIFESTO Corrente Proletária na Educação (tese 3)

Enfrentar as medidas antipopulares e antinacionais do governo golpista de Temer e Alckmin, com os métodos da luta de classes. Pôr em prática a unidade dos explorados e da juventude oprimida

Crescem as manifestações de estudantes e funcionários públicos contra a PEC 241 (55) e a Medida Provisória 746. O movimento de resistência eclodiu no Paraná, com as ocupações de escolas, universidades e a greve dos professores, e avançou para outros estados, particularmente, no Rio de Janeiro. As mobilizações e bloqueios, impulsionadas pelo MST, MTST e outros movimentos, ocorridos no dia 11 de novembro, ganharam projeção nacional. As greve, ocupações e bloqueios indicam o caminho por onde deve passar a luta para derrubar as medidas de “ajuste fiscal” do governo Temer.

A enorme campanha da imprensa monopolista em favor das medidas vem sendo desmascarada pelas manifestações de rua e ocupações, que trazem à luz do dia as duras consequências de tais medidas sobre a educação, saúde e aposentadoria. Crescem, assim, as desconfianças da população, que foi arrasada pela propaganda em favor do impeachment e que estava sendo contaminada pela propaganda de que as medidas eram um sacrifício de todos para tirar o país da crise.

Diante do avanço das lutas, a única resposta dos governos é a repressão, prisão e criminalização dos movimentos sociais. É o que vimos com a recente invasão policial na Escola Florestan Fernandes e as prisões de lideranças do MST. É que ocorreu com as manifestações dos servidores públicos na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro. É o que se passou com as ocupações de escolas no Paraná e em São Paulo. Além da repressão policial, os governantes contam com a intervenção da OAB no sentido de garantir a reintegração de escolas, a exemplo do Paraná. Mais ainda, sustentam financeiramente os bandos do MBL para arrancar os estudantes das ocupações. A investida repressiva, como se vê, é a forma do governo e da burguesia imporem as violentas medidas. Por outro lado, não há outra via para responder à repressão a não ser avançando o combate unitário nas ruas em todo o país.

Apesar do crescente descontentamento dos explorados, Temer conta com a passividade da classe operária. Procura atrair para o governo as duas centrais sindicais que estiveram ao seu lado para destituir o PT do poder do Estado: a Força Sindical e a UGT. No entanto, essas duas centrais não podem comparecer perante os trabalhadores como apoiadoras das reformas da previdência e trabalhista. O que implica manobras por parte dessas burocracias. Não por acaso, realizam atos em nome da defesa dos direitos. Também, não por acaso, convocam as demais centrais para manifestações, como o “Esquenta”. Mas,

por trás, se mostram dispostas a “negociar” pontos das reformas de Temer. Assim, por trás servem aos golpistas e pela frente fazem discursos oposicionistas e realizam os limitados atos de protestos sob o lema: “nenhum direito a menos”.

A CUT, por sua vez - depois de realizar inúmeros acordos de redução de jornada com redução salarial, de demissões em massa e de flexibilização capitalista do trabalho (lay-off, PDV) e de ter-se submetido aos governos do PT -, se mostra incapaz de erguer a classe operária contra a política de Temer/Meirelles. Nas manifestações dos sindicatos cutistas, ou operariado está ausente, ou uma pequena parcela é conduzida para atos corporativos. A força da classe operária, nas ruas, certamente seria um obstáculo para a imposição das medidas antinacionais e antipopulares. O imobilismo da classe operária é o que permite o governo golpista seguir em frente com as diretrizes do ajuste fiscal, traçadas pelo capital imperialista.

No entanto, a passividade da classe operária é compensada pelos levantes da juventude e os protestos dos funcionários públicos. Isso tem sido um problema para o governo e parlamentares, que têm pressa em aprovar as reformas. A imagem do governo que viria para solucionar a crise econômica e colocar o país no trilho do desenvolvimento vem sendo esgarçada conforme avançam os protestos.

A luta pela derrubada da PEC 241, MP 746 e das reformas previdenciária e trabalhista exige a organização independente e unitária dos explorados em torno da classe operária. Para isso, é preciso fazer um claro balanço da submissão dos sindicatos cutistas aos governos do PT. Mostrar o fracasso desses governos que se propuseram administrar o Estado burguês por meio de uma política nacional-reformista. Serviu, assim, aos interesses da classe capitalista e foi derrubado do poder quando não pôde ir fundo na aplicação do ajuste fiscal. Um balanço rigoroso dessa experiência com o PT é importante para reerguer a classe operária, ganhar sua confiança e colocá-la como direção do movimento nacional dos explorados contra as medidas de Temer e em defesa das reivindicações que unificam a maioria oprimida, emprego, salário e direitos.

Esse Congresso da Apeoesp tem a tarefa de fazer esse balanço político. Não dá para tapar o sol com a peneira. Foram mais de dez anos de submissão da Apeoesp aos governos petistas, que chegou a ponto de se integrar ao Conselho Nacional de Educação (órgão auxiliar de implantação da política educação do governo). A burocracia que comanda a Apeoesp se

engajou de corpo e alma na campanha de “Não vai ter golpe”, “Fica Dilma”, etc. enquanto crescia a propaganda dos golpistas por meio da Lava Jato de que o PT é corrupto e Dilma era incapaz de tirar o país da crise econômica, gerando desconfianças por parte do professorado. Alckmin aproveitou dessa condição para combater o sindicato, impor o congelamento salarial, punir os grevistas com a reposição das aulas e eliminação das férias e anunciar seu velho plano de fechamento de escolas. Só não foi às últimas consequências em função da luta dos estudantes que ocuparam mais de 200 escolas e escaramaram o autoritarismo e a política privatista do PSDB. Esse balanço dos governos do PSDB, da política de conciliação de classes da direção da Apeoesp, que culminou com o acordo em favor do Plano Estadual Educação de Alckmin, da submissão do sindicato aos governos Lula e Dilma e da fraca mobilização em torno da campanha salarial de 2016 é fundamental para erguer o professorado na luta unitária com os demais explorados. A Corrente Proletária traz em sua tese a luta pela independência de classe, contra o eleitoralismo e os métodos parlamentares e defende o combate no terreno próprio dos explorados, que é a luta de classes.

Está aí por que dizemos que a luta contra as medidas do governo golpista tem de se dar nos marcos da independência de classe e da rejeição à política de conciliação de classes. É por meio dessa luta que se constituirá uma nova direção, que trabalhe pela mobilização unitária dos explorados, que impulse a democracia das assembleias, que organize as manifestações coletivas e que ajude as massas a superarem as ilusões eleitorais e as soluções parlamentares. Uma direção capaz de impulsionar os bloqueios de estradas e avenidas e que esteja empenhada a potenciar a greve geral, que é a greve política contra o governo e o Estado burguês.

A derrota do plano Temer/Meirelles virá com um movimento nacional, expressão da luta dos explorados e da juventude

Congresso do Andes

Apresentamos aqui um resumo das posições da Corrente Proletária da Educação ao 36º Congresso do Andes, que será realizado de 23 a 28 de Janeiro de 2017, em Cuiabá. O texto já inscrito refere-se ao tema “Movimento docente, conjuntura e centralidade da luta”. Os demais temas referentes a questões políticas mais gerais, organizativas e plano de lutas ainda serão apresentados. A CPE/POR trabalha para formar uma fração revolucionária no movimento docente.

Construir uma frente única em defesa da vida dos explorados! Responder aos ataques com independência de classe! Abaixo o governo golpista de Temer!

A crise política no Brasil, que levou ao golpe institucional contra o governo de Dilma Rousseff só pode ser explicada nos marcos dos impactos da crise econômica mundial no Brasil. A crise iniciada nos Estados Unidos, em 2008, passou por várias etapas, atingindo inicialmente os países europeus. A resposta dos Estados foi de socorrer os grandes bancos e as multinacionais, ampliando o endividamento dos estados. Na sequência, para cobrir tal sangria, vieram os planos de austeridade, impostos pela Troika (Comissão Europeia, o Banco Central

Europeu e o Fundo Monetário Internacional). As medidas de ajuste só mudam de país para país em sua intensidade e ritmo, expressam a sanha do capital em descarregar nas costas dos explorados o peso da crise do capitalismo.

O Congresso da Apeoesp deve aprovar a frente única sindical para potenciar o combate nacional contra as medidas do governo golpista. Deve rechaçar a política de Alckmin para a educação, que é de arrocho salarial, eliminação de direitos, precarização das condições de trabalho, demissões, terceirizações e de privatização.

Toda força ao movimento de ocupações! Convocar as assembleias sindicais para aprovar a greve! Convocar assembleias populares para unificar o movimento com a juventude e demais trabalhadores! Ocupar e reocupar as escolas! Constituir os comitês agrários de autodefesa como parte da luta geral! Organizar e centralizar as ocupações, greves e manifestações em uma frente única, constituída por uma direção unificada e baseada nas assembleias de base!

Abaixo a PEC 241 e a MP 746!

Não à reforma da previdência e trabalhista!

Não ao plano de privatização antinacional!

Não pagamento da dívida pública!

Não ao plano de Alckmin de fechamento de escolas, congelamento salarial, demissão e eliminação de direitos! Rejeição ao PEE do governo por ser privatista!

Fim da repressão ao MST e a todos os movimentos!

22 de novembro de 2016

Europeu e o Fundo Monetário Internacional). As medidas de ajuste só mudam de país para país em sua intensidade e ritmo, expressam a sanha do capital em descarregar nas costas dos explorados o peso da crise do capitalismo.

Uma nova etapa da crise se abriu com o desaquecimento da economia chinesa, que fez as economias dos países semi-coloniais, como os da América Latina estremecerem. Mesmo que o continente estivesse com governos que se apresentavam como “pós-neoliberais”, que prometiam inclusão social,

redução da desigualdade e desenvolvimento sustentável, as limitadas medidas assistenciais e de intervenção na economia não mudaram o caráter de países exportadores de matérias primas e produtos agropecuários. Bastou a economia chinesa desacelerar para que o curto período internacional favorável desmoronasse, levando consigo os governos que se apresentaram como nacional-reformistas. Alguns saíram de cena pela via eleitoral, como o de Cristina Kirchner, outros pela via golpe institucional, como o de Dilma Rousseff. Porém, há um movimento comum de fortalecimento de governos diretamente alinhados com o imperialismo norte-americano, assim como um recrudescimento do conservadorismo, até mesmo com tendências fascizantes, como vimos na eleição de Donald Trump.

A solução do capital para a crise é destruir forças produtivas. Uma das manifestações mais bárbaras deste processo são as guerras. No momento, as potências imperialistas não se enfrentam diretamente, mas disputam o controle de territórios, mercados e fontes de matérias primas em conflitos regionalizados, como o da Ucrânia e Síria. A intervenção imperialista intensifica a opressão nacional que leva milhares a terem de deixar seus países e procurarem chegar à Europa, os que sobrevivem à travessia no Mediterrâneo enfrentam a repressão e a xenofobia. São sintomas de um sistema em decomposição.

Não ao pagamento da dívida pública

A crise de superprodução impõe que o capital que não mais consegue se valorizar na produção procure novos campos, sobretudo após o estouro da bolha especulativa com as quebras nas bolsas de valores. Assim, os direitos sociais entram na mira das grandes corporações. Saúde, educação e previdência não podem ser compreendidos como direitos, muito menos universais. Devem ser reduzidos à condição de mercadoria. Como toda mercadoria, tendem à monopolização na etapa imperialista. Assim já ocorreu com o ensino superior brasileiro, que está nas mãos de corporações gigantescas como a Kroton, em uma situação em que 90% das vagas estão no ensino privado. A voracidade do capital se acentua. A pressão por acabar com a previdência pública se impõe. Os ataques dos governos estaduais e federal expressam o imperativo de garantir a meta de superávit fiscal para pagar os juros e amortizações da dívida pública.

O mecanismo da dívida é fundamental para entendermos a crise política no Brasil. Dilma não foi retirada por suas “bondades”, mas sim porque não mais conseguia fazer avançar o ajuste fiscal. Ante a crise, as frações das classes dominantes estavam em choque e o executivo não conseguia centralizá-las. No processo do impeachment essas frações e instituições burguesas foram se unificando. Hoje estão aglutinadas em torno do governo golpista de Temer e de suas medidas antinacionais e antipopulares. O governo Temer, nascido da crise, não conseguiu pôr fim à crise política. Caso não consiga aplicar os ataques também pode ser

removido.

Os ataques que precisamos derrotar

As medidas do governo ameaçam todos os setores explorados e oprimidos. Na educação os ataques mais sentidos são a reforma do Ensino Médio e o Projeto Escola sem partido. Do ponto de vista orçamentário, a PEC 241/55, com o congelamento de gastos sociais por 20 anos é um brutal corte de direitos dos servidores públicos e nos direitos sociais para a população em geral. O PLP 257, com o pretexto de negociar a dívida dos Estados impõe o ajuste nos estados e municípios. A situação do Rio de Janeiro mostra como os governos pretendem “equilibrar as contas”, a saída é cortar na carne dos trabalhadores, com corte de programas sociais, aumento da contribuição previdenciária dos ativos e o estabelecimento de uma contribuição de 30% para os aposentados que já contribuíram a vida toda.

Caso consiga implementar a PEC 241/55, o próximo passo do governo será a reforma previdenciária. Com uma campanha midiática fraudulenta que aponta um inexistente “rombo” orçamentário, o governo pretende aumentar a idade para se aposentar para 65 anos, em um país em que a expectativa de vida é de 75 anos, sendo no Maranhão de 70 anos. Ou seja, para a maior parte dos explorados significa que terão de trabalhar até morrer. A reforma trabalhista também está na fila, aguardando para ser posta em prática. O STF já tem antecipado algumas medidas, já estabelecendo o princípio de que o negociado se sobrepõe ao legislado. A ameaça de terceirização irrestrita também está no horizonte, representando o fim dos direitos inscritos na CLT. Há um fortalecimento também da intervenção da religião na política com bloqueio a direitos civis aos homossexuais; o aumento da opressão sobre as mulheres; a inviabilização da demarcação de terras indígenas e quilombolas; o favorecimento ao latifúndio e ao agronegócio.

As dificuldades para enfrentar o golpe e as medidas de ataque se explicam pela política de conciliação de classes conduzida pelo PT (...). A estatização e burocratização das entidades de massa desarmaram os trabalhadores, camponeses e juventude para responderem aos ataques. (...) O divisionismo que resultou na criação da Conlutas, depois nomeada como CSP-Conlutas, após mais de uma década, demonstra o erro da divisão de aparato.

Derrotar a política de conciliação de classes

As dificuldades para enfrentar o golpe e as medidas de ataque se explicam pela política de conciliação de classes conduzida pelo PT desde antes de conquistar a presidência. Política expressa na estratégia de democratizar o Estado burguês. A estatização e burocratização das entidades de massa desarmaram os trabalhadores, camponeses e juventude para responderem aos ataques. A fragmentação impulsionada pela reforma Sindical de Lula, assim como o crescimento da Força Sindical também comparecem como obstáculos. O divisionismo que resultou na criação da Conlutas, depois nomeada como CSP-Conlutas, após mais de uma década, demonstra o erro da divisão de aparato. A CSP-Conlutas, mesmo sendo uma central antigovernista, mostrou seu fracasso político ao negar o golpe que violou a soberania do voto popular. Ao levantar a bandeira de “fora todos” jogou água no moinho da direita golpista. E, sobretudo, não expressou uma via de inde-

pendência de classe, ao defender as eleições gerais, que, de última, é uma das variáveis da política burguesa para ungir com a legitimidade das urnas um novo governo, se necessário. A diretoria do ANDES, em consonância com as posições da CSP-Conlutas, acabou vacilando na caracterização da crise política, como se fosse indiferente à queda do governo. Ao não condenar o golpe, acabou se isolando de sua base. De forma geral, a resposta ao golpe não se deu no campo da independência de classe. As grandes manifestações de rua se mantiveram como comícios que tinham como função fazer pressão parlamentar. Com isso, foram impotentes para impedir a derrocada do governo do PT.

E a greve geral?

A greve geral, que parasse a produção, era o caminho para quebrar a espinha dorsal do golpe. Na boca da CUT, porém, não passou de blefe. Afinal, a burocracia cutista não propunha juntar a luta democrática com a defesa das reivindicações das massas que estavam sob ataque do governo do PT. Ainda sob o governo interino de Temer, a CUT já mostrou sinais de que reeditaria a política conciliatória. Antes mesmo da votação final no Senado, a burocracia recebeu o Ministro do Trabalho golpista no sindicato do ABC, uma capitulação vergonhosa. Os dias nacionais de “esquentar” mostram o pouco empenho das principais centrais e o baixo poder de convocatória da CSP-Conlutas. Em geral, agregam setores do funcionalismo e as direções sindicais. A greve geral é uma necessidade, mas para se concretizar terá de ser imposta pelas bases. Por isso, coloca-se a necessidade das assembleias nas obras, fábricas, locais de trabalho e estudo.

A juventude mostra o caminho

A resistência dos estudantes secundaristas contra a MP746, a Reforma do Ensino Médio, se alastrou pelo país com as ocupações de mais de mil escolas. O movimento se entroncou com a juventude universitária que passou a ocupar as universidades. Percebe-se que a Reforma do Ensino Médio não é um elemento central da política do governo Temer. Porém, esta luta rapidamente se vinculou com a necessidade de pôr abaixo a PEC do Teto (241/55) e impulsionou a resposta do funcionalismo. São elementos de resistência importantes. Porém, é preciso que a classe operária consiga romper o pesado bloqueio das burocracias sindicais. A tendência objetiva, neste sentido, existe. A deterioração das condições de vida e trabalho pode lançar os trabalhadores à luta. O grande número de desempregados é um peso em contrário, sob o controle dos capitalistas pressiona como elemento de rebaixamento dos salários e destruição de direitos. Por isso a unidade entre empregados e desempregados, efetivos e terceirizados, camponeses, indígenas e a juventude é urgente, para romper a concorrência entre os explorados e transformar a revolta em organização consciente. A via para isto se concretizar é aplicar a tática frentista em cada luta local. Coordenar todas iniciativas que despontam isolada-

mente. Centralizar nossas forças para derrotar os ataques.

Organizar os Comitês contra a repressão

As medidas de ataque vêm acompanhadas da intensificação da repressão. É sintomática a operação de criminalização sobre o MST assim como a repressão sobre os estudantes secundaristas. O MEC mostra a intenção de criminalizar ao exigir nomes dos docentes, técnicos e estudantes envolvidos no movimento. O STF, em decisão de 27/10, autorizou o corte de salários de servidores públicos desde o primeiro dia de greve. Tais medidas se somam à restrição já existente ao direito de greve e à criminalização da pobreza, juventude e movimentos sociais que agora atinge um novo patamar. A lei antiterrorismo já começou a ser usada, a exemplo da operação durante as Olimpíadas e a deportação do professor Adlène Hicheur, da UFRJ. É urgente responder coletivamente à criminalização com a formação dos comitês contra a repressão. Soma-se à nossa pauta a defesa do direito irrestrito de greve. Teremos de afirmá-lo na prática, entendendo como nosso direito à autodefesa ante os ataques do governo.

Independência de classe: tática e estratégia

A experiência com os governos do PT e a política de conciliação de classes para ser assimilada depende de um profundo balanço da estratégia reformista, democratizante. Não há espaço no capitalismo em decomposição para reformas progressivas a longo prazo. O que é dado com uma mão é retirado com a outra. Toda conquista é extremamente instável. A crítica moralizante ao PT despolitiza e deseduca. Trata-se de fazer o balanço programático. A conclusão deste balanço é a necessidade de colocar-se no terreno da independência de classe. Isso significa adotar a estratégia revolucionária, ou seja, a defesa do governo operário e camponês como fruto da revolução proletária. A tática correspondente a esta estratégia é a da ação direta, dos métodos próprios da classe operária, com greves, piquetes, ocupações, etc.

Texto de Resolução

Centralidade da luta

Constituir uma frente única contra o capital, o governo e o imperialismo que unifique as lutas contra as demissões, a alta do custo de vida, a reforma da previdência e trabalhista, os cortes na saúde, educação e moradia, o pagamento da dívida pública e em defesa de terra aos camponeses, indígenas e quilombolas. Combater a política de colaboração de classes. Em defesa da vida dos explorados, abaixo o governo golpista de Temer, por um governo operário e camponês.

Quem matou Guilherme?

O estudante e militante político Guilherme Silva Neto, 20 anos, foi morto nesta terça-feira (15) em Goiânia. Os relatos da imprensa monopolista informam que os disparos foram efetuados pelo pai do jovem, Alexandre José da Silva Neto. Em algumas destas análises, os autores (a maioria acadêmicos) se escondem atrás da cortina de fumaça pós-moderna e apresentam o cenário da nossa incapacidade de dialogar. Como se este fosse o verdadeiro problema aqui. Eles nos dizem que a sociedade está doente, mas não apresentam a doença, apenas apontam que precisamos saber conversar, melhorar nossa comunicação e entendimento do ponto de vista do outro.

O que está faltando não é diálogo, é colocar o dedo na ferida deste sistema. Afinal não existe diálogo quando os interesses de classe são antagônicos.

Quem matou o Guilherme foi o capitalismo!

Quem puxou o gatilho é só o instrumento do ódio de classe que permeia toda nossa sociedade. A morte de um militante político que participava das ocupações de GO, lutava contra a PEC 241/55, defendia a descriminalização do aborto, combatia o estupro etc, foi motivada justamente por ele defender estas bandeiras. Só pode ser atribuída a luta de classe que enfrentamos no capitalismo.

A burguesia exerce seu domínio de classe e domínio ideológico em nossa sociedade. Com seus mecanismos próprios,

o Estado burguês, a polícia, a mídia, a escola etc., exercem sua influência e alienam as massas. Alienação é quando a consciência está fora de si, no outro, e é exatamente assim que um sem número de pobres se encontram hoje. Defendendo os interesses de uma classe que não é a sua. Alimentando o opressor que existe dentro de si, oprimido. Impedindo a luta daqueles que conseguiram minimamente elevar sua consciência. Isso se concretiza nos muitos pais que proibem seus filhos de participar das ocupações, de ir em atos, de se organizar. Isso se concretiza naqueles que, em pé num ônibus lotado, acham que uma manifestação só atrapalha o trânsito. Isso se concretiza naqueles que furam greve ou proferem discursos de ódio contra os lutadores. Isso se concretiza quando o ódio de classe é tão grande que faz um pai apontar uma arma contra seu próprio filho e disparar.

Devemos entender que o pai do Guilherme era só mais um Silva, uma vítima da alienação. Mais uma marionete deste sistema opressor e massacrante em que vivemos. Sim, ele puxou o gatilho, mas o verdadeiro gatilho é puxado muito antes, todos os dias, quando a mídia e o estado criminalizam os movimentos sociais e as greves.

Repetimos, quem matou Guilherme foi a burguesia e seu sistema, o capitalismo. E é contra eles que devemos voltar nossas armas.

Dedicamos essa breve nota à todos os Guilhermes lutadores!

Ato contra os assassinatos dos jovens da Zona Leste

No dia 10 de novembro, foi realizado um “ato-vigília”, convocado por várias entidades ligadas aos direitos humanos, pelos movimentos de negros, de favelas, de Hip-hop e por alguns sindicatos. Sob as palavras de ordem: Fora Alckmin, assassino! E “Fim da Polícia Militar”, algumas dezenas de pessoas se concentraram e caminharam para a frente da Secretaria da Segurança.

Os manifestantes exigiam uma explicação do Secretário de Segurança, Márgino Alves, sobre o cruel assassinato dos jovens promovido pela polícia. Ao entrarem no saguão, os policiais começaram a empurrar os manifestantes para

fora da Secretaria. Diante da resistência, logo apareceu a tropa de choque. Por uns quinze minutos, todos ficaram ali saguão, sob os gritos do movimento negro: “Se Palmares não existe mais, faremos Palmares de Novo”. Na saída, nova palavra de ordem: “Não acabou, tem que acabar, eu quero o fim da polícia militar”. O Secretário, sob a proteção da polícia, saiu do gabinete e disse que não receberia a comissão.

O objetivo dos organizadores é o de denunciar os assassinatos e recorrer ao Ministério Público para que faça uma investigação, aponte os culpados e abra um inquérito para reparar as perdas das

famílias. Portanto, procuram os órgãos do Estado para que se coloquem em favor das famílias e punam os responsáveis. Essa via não resolverá os assassinatos de jovens, brutais execuções policiais, que ocorrem quase que diariamente nos bairros pobres. É preciso pôr em pé um Tribunal Popular, nascido das lutas. A luta contra as arbitrariedades policiais depende de a classe operária tomar em suas mãos a tarefa de acabar com a ditadura de classe da burguesia, da qual faz parte a polícia.

A Corrente Proletária participou do ato, divulgando o panfleto que reproduzimos abaixo:

Responder com os métodos dos explorados os assassinatos de mais cinco jovens

Robson Donato, 16 anos; Caique Henrique, 18 anos; Jonathan Moreira, 18 anos; Cesar Augusto, 19 anos; Jones Ferreira, 30 anos

Com a crise capitalista, cresce a miséria nos bairros operários. Não há trabalho, nem estudo para milhares de jovens. Os que alcançam um emprego, ganham salários de fome e enfrentam a superexploração do trabalho (jornadas que esmagam as condições físicas e mentais). Os que frequentam as escolas, encontram uma educação desvinculada das reais

necessidades. Não são poucos os jovens que acabam abandonando os estudos. Ou porque a jornada de trabalho se torna incompatível com os estudos, ou porque a escola é enfadonha. É essa juventude pobre, na sua grande maioria negra, que vem sendo alvo da repressão policial. O extermínio de jovens pela ação da polícia cresce sem parar.

O assassinato dos 5 jovens, precedidos de atos de crueldade, expõe a face do governo e do Estado policial. Traz à tona a ditadura de classe da burguesia e seu braço armado, que é a polícia. O desaparecimento dos jovens, a busca desesperada das mães e familiares e, depois, o aparecimento dos corpos vêm se tornando atos corriqueiros nos bairros pobres.

Mães choram a perda dos filhos, que tiveram suas vidas ceifadas. Nos bairros, uma só voz: “mataram nossos meninos”. Enquanto que o governo e a polícia tentam justificar os assassinatos. Acabam responsabilizando os jovens, dizendo que “tinham passagens na polícia, que eram assaltantes, que estavam armados e trocaram tiros com os policiais”. Sempre a mesma história para acobertar a violência policial.

Os assassinatos de jovens em São Paulo não são um caso isolado. Por todo o país, as armas da repressão se voltam contra a juventude. Basta ver a ação da polícia nos morros do Rio de Janeiro. Basta que olhemos os dados estatísticos dos assassinatos por policiais nos grandes centros urbanos do Brasil. Trata-se, como se vê, de uma ação centralizada e deliberada de um Estado policial. Há, portanto, responsáveis por esse extermínio.

O choro das mães e familiares, os lamentos dos vizinhos e a tristeza de uma parcela da população têm de ser manifestado por um só grito: responsabilizamos o governo pelo assassinato dos jovens.

Certamente, os pais exigirão justiça, prisão para os policiais e outras penalidades. No entanto, a luta para acabar com a violência policial não virá por meio dessas medidas. A violência policial e o seu crescimento têm como base o sistema econômico em que vivemos. Na raiz da violência, está o capitalismo e as brutais consequências de uma sociedade onde impera o poder de uma minoria sobre a maioria, onde impera toda sorte de discriminação e opressão.

O ato vigília não deve servir apenas para chorar as mortes de nossos jovens. Deve servir para dar um passo em favor da luta contra o Estado policial, que é próprio da sociedade de classes. Deve servir para fortalecer a unidade dos explorados para combater com os métodos da classe operária a burguesia e seu Estado. Deve servir para exigir as reivindicações de emprego e estudo a todos os jovens. Deve, portanto, servir para levantar a bandeira de constituição do Tribunal Popular para julgar e punir verdadeiramente os assassinos de nossos meninos.

MANIFESTO **Consciência Negra**

Unir os explorados, negros e brancos, para derrotar o governo golpista de Temer

Este dia da Consciência Negra ocorre em uma nova situação política. O governo do PT, que promoveu a política de “reparação histórica” e levou o Congresso Nacional a aprovar medidas de “promoção da igualdade racial”, já não existe. Em seu lugar, se instalou, por meio de um golpe institucional, o governo de Michel Temer. Notou-se, em sua posse, que só havia brancos. A solenidade expôs que o poder da burguesia é branco. Nisto o governo do PT não modificou absolutamente nada. Tendo mais ou menos negros nos ministérios, secretarias, assessorias, etc. não altera o fato de que o Estado corresponde à ditadura de classe da burguesia branca sobre a maioria nacional oprimida.

O fundamental está em que a interrupção da política de “ações afirmativas” encarnada pelo PT não foi a interrupção de uma política que se contrapunha à opressão de classe. A experiência mostrou que o objetivo de melhorar as condições de uma parcela de negros não atingiu e nem ameaçou o poder da burguesia branca. O Estatuto da Igualdade Racial, o Bolsa Família e as cotas chegaram a alimentar a ilusão de que se avançava no sentido de eliminar as discriminações raciais, à margem da opressão de classe. O reformismo promoveu uma grande campanha em torno da tese de que por meio da redistribuição de riqueza e de oportunidades se estaria realizando a inclusão social dos negros e, portanto, reduzindo gradativamente a discrimina-

ção. O balanço geral das medidas, no entanto, demonstra que a “redistribuição” pela via do Estado foi ínfima, se considerada a riqueza nacional e a grande miséria que atinge as massas negras. A alta concentração de riquezas nas mãos da minoria burguesa não só permaneceu como cresceu. Não foi surpresa que, mesmo assim, uma fração da burguesia e a alta classe média resistissem e contra-atacassem a política de “inclusão” social. Reação essa que evidenciou o poder branco da burguesia assentado na exploração do trabalho, na obtenção do lucro, na concentração da propriedade e na conservação de privilégios. Estava claro que o programa de “inclusão” social do PT era limitado e não poderia ir além do seu pequeno alcance.

Nas condições da economia atrasada do Brasil e da decomposição geral do capitalismo, não há como realizar reformas profundas e duradouras. Bastou a obrigatoriedade de obter o superávit primário, voltado a sustentar a brutal dívida pública, para que a diretriz de distribuição de recursos aos programas sociais se mostrassem inviáveis. O fracasso da política do nacional-reformismo, em particular no caso da discriminação racial, se deve ao fato de ser tão somente uma variante da política burguesa, que, como tal, não teve e não tem como transformar a estrutura de classe do país. Mais de 50% da população é constituída de negros. Desses, apenas uma pequena parcela se elevou à condição de classe mé-

O fundamental está em que a interrupção da política de “ações afirmativas” encarnada pelo PT não foi a interrupção de uma política que se contrapunha à opressão de classe. A experiência mostrou que o objetivo de melhorar as condições de uma parcela de negros não atingiu e nem ameaçou o poder da burguesia branca. O Estatuto da Igualdade Racial, o Bolsa Família e as cotas chegaram a alimentar a ilusão de que se avançava no sentido de eliminar as discriminações raciais, à margem da opressão de classe.

dia. A grande maioria pertence à classe operária e camponesa. A classe burguesa é completamente branca. Não há, assim, como ocultar que a tentativa de direcionar o Estado burguês para amortecer a terrível opressão que recai sobre as massas negras esteve e está condicionada à estrutura de classe do capitalismo atrasado e semicolonial. A composição social negra da população remonta à colonização e ao seu sistema escravista.

Está aí por que os negros são os mais explorados, os que suportam a maior taxa de desemprego, subemprego e analfabetismo; enfrentam a discriminação no trabalho, com salários diferenciados e com funções mais desqualificadas; e padecem terrivelmente da violência policial. Se há algo que o programa Bolsa Família fez, foi confirmar que a grande maioria negra sobrevive entre a miséria e a pobreza e que as esmolas do Estado não passam de uma gota no oceano. É preciso destacar a constante desintegração da família, a colocação da mulher na condição de chefe da casa e o sacrifício das crianças pelo abandono. É o que explica a alta marginalidade entre os negros e o conseqüente volume de presos e assassinatos. A discriminação ideológica e cultural, por sua vez, é reflexo da estrutura social e da bárbara situação da maioria negra. Respostas como educação e punição se anulam diante de tamanha opressão capitalista. E ocultam as raízes de classe da discriminação racial.

Há quem acredite que o golpe contra Dilma Rousseff se deveu ao “projeto democrático e popular” do governo petista, do qual faz parte a “promoção da igualdade racial”. Em realidade, se esgotou a política econômica geral do governo e sobreveio sua incapacidade de atender plenamente aos interesses da burguesia, em particular os do capital financeiro. É necessária essa conclusão para reorientar o movimento dos explorados contra o racismo. A experiência com os governos do PT demonstra que não será por meio da política de Estado que se enfrentará a opressão sobre os negros. Não será pela via de Estatuto Racial, educação, assistencialismo e repressão que venceremos a odiosa discriminação. Será por meio da luta de classes contra a burguesia branca que a classe operária, apoiada na maioria oprimida, levará adiante a tarefa de erradicação do racismo.

A classe operária e a maioria oprimida são formadas de negros e brancos. É preciso a unidade dos explorados sob o programa da revolução proletária, cuja essência assenta no objetivo histórico de tomar o poder da burguesia, de expropriar os meios de produção e transformá-los em propriedade social. Entre aqueles que lutam conseqüentemente contra o bárbaro racismo não pode haver dúvida de que a discriminação sofrida pelos negros é conseqüência da exploração do trabalho e da condição histórica que a velha escravidão co-

(...) se esgotou a política econômica geral do governo e sobreveio sua incapacidade de atender plenamente aos interesses da burguesia, em particular os do capital financeiro. É necessária essa conclusão para reorientar o movimento dos explorados contra o racismo. A experiência com os governos do PT demonstra que não será por meio da política de Estado que se enfrentará a opressão sobre os negros. Não será pela via de Estatuto Racial, educação, assistencialismo e repressão que venceremos a odiosa discriminação. Será por meio da luta de classes contra a burguesia branca que a classe operária, apoiada na maioria oprimida, levará adiante a tarefa de erradicação do racismo.

lonial impôs aos negros africanos e que a moderna escravidão capitalista perpetuou. Não pode haver dúvida sobre a impossibilidade de a burguesia realizar reformas que conduzam ao fim das diferenciações raciais. Não pode haver dúvida de que o reformismo é impotente diante do poder da burguesia branca. A importância da experiência com os governos do PT foi precisamente a de comprovar a tese marxista de que o capitalismo na sua época de decadência não comporta reformas estruturais. E que o fim de toda forma de opressão de classe virá com a revolução social e construção da sociedade socialista.

A questão agora é como nós explorados, negros e brancos, enfrentaremos o governo golpista de Temer. Não será com a mesma política dos reformistas que resistiremos aos ataques da aliança governamental que promoveu o impeachment. A condição é a de organizar o movimento dos explorados no terreno da independência de classe. A PEC 241 objetiva cortar recursos da saúde, educação, moradia e programas sociais. Quem

vai pagar por essa medida são os explorados. As reformas da previdência e trabalhista atingirão, também, a maioria negra. A MP 746 (reforma do ensino médio) golpeia a juventude negra que precisa trabalhar. Está aí por que o movimento negro também precisa reorientar a luta, colocando-se pela estratégia revolucionária que unifica a classe operária e a maioria oprimida contra a burguesia e seu governo. É preciso superar o corporativismo e o reformismo. É preciso romper com a ilusão de que é possível no capitalismo constituir um governo de reformas estruturais. É preciso rejeitar o eleitoralismo e os métodos parlamentares de solução do racismo.

Neste dia da Consciência Negra levantemos as bandeiras:

Derrubar nas ruas as medidas antinacionais e antipopulares de Temer!

Impulsionar as ocupações das escolas e universidades!

Unificar os movimentos operário, camponês, popular e estudantil!

Fim de todas as discriminações sobre os negros (trabalho igual, salário igual; emprego a todos; escola combinada com o trabalho)!

Fim da violência policial contra os negros, combatendo todo tipo de violência capitalista contra os explorados!

Abaixo o governo golpista de Temer! Por um governo operário e camponês!

Nesta edição:

- 4º Congresso do Comitê de Enlace
- 70 anos da aprovação das Teses de Pulacayo
- Argentina: A política do governo saqueador agrava a crise econômica do país.
- Síria: Derrotar os Estados Unidos e a Rússia para impor a autodeterminação da nação oprimida.
- EUA: O xenófobo fascista, Donald Trump, ganhou as eleições.

Artigos das Seções
**Comitê de Enlace
 pela Reconstrução
 da IV Internacional**



4º Congresso do Comitê de Enlace

Um passo no caminho de consolidar uma direção internacional coesa e centralizada

Nos dias 12 e 13 de novembro, realizou-se o 4º Congresso do Comitê de Enlace (CE). Participaram delegações e militantes das seções da Bolívia, Brasil e Argentina. Esteve ausente, por impedimentos materiais, o Comitê Construtor do POR do Chile.

Credenciados os delegados, elegeram-se a mesa, que passou a apresentar os documentos a serem debatidos, o plano de trabalho proposto pela direção e o método para o debate congressual e a aprovação dos documentos.

No sábado, foi instalada a plenária dedicada à exposição, encaminhamento dos debates e propostas de mudanças, aprovação ou rejeição dos documentos sobre a Situação Mundial, América Latina e Europa. Estabeleceu-se também o ponto de informe sobre a situação a ser apresentado pelas seções. No domingo, a manhã foi dedicada ao balanço e eleição da nova direção do CE; e a tarde à Escola de Quadros, que se realizou sobre a base do “Projeto de Informe sobre a América Latina”, de Guillermo Lora (1977). Esse documento foi votado pelos delegados, no final do Congresso, como parte das bases programáticas do CE.

As resoluções aprovadas serão publicadas em próximo boletim do CE. A vanguarda poderá, por meio delas, avaliar a linha e os prognósticos que guiarão a intervenção das seções, que estarão na base do trabalho de elaboração coletiva e centralização organizativa a ser desenvolvida pela direção eleita. Apresentamos aqui um resumo do Congresso. Acreditamos que resulta em um passo na luta pela superação da crise de direção, fortalecendo o Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional.

Documentos e debates

Da exposição e das intervenções do documento sobre situação internacional, extraíram-se quais as leis gerais e contradições materiais que estão na base da crise e quais as tendências de seu desenvolvimento. Trata-se de compreender as particularidades dos fenômenos nos quais tais leis e tendências se manifestam em cada país. Assim como compreender seus reflexos no campo das relações políticas, econômicas e sociais entre os Estados e as classes. Seu fundamento acha-se no choque das forças produtivas com as fronteiras nacionais e as relações de produção.

Um ponto de destaque dos debates foi a caracterização do avanço das tendências fascistas como resposta da burguesia imperialista à crise estrutural do capitalismo e à luta de classes. Esse fenômeno expressa a gravidade dos impasses da economia mundial e em particular das potências. As teses aprovadas no Congresso demonstram que as guerras civis internacionalizadas e o avanço da reação pró-imperialista são parte da desintegração do capitalismo e refletem o avanço da opressão nacional e de classe. Assinalam a gravidade do crescente chauvinismo e do intervencionismo das potências nas semicolônias. Assim como no agravamento da guerra comercial e das tendências bélicas mundiais. Tratam-se das vias da barbárie social, pelas quais percorre o capitalismo em decomposição.

Nesse quadro mais geral, destacou a análise e compreensão do intervencionismo das potências na guerra civil da Síria, visando a esmagar o Estado Islâmico (EI). O Congresso avaliou a correção de sua caracterização desse fenômeno como expressão dos choques entre nação oprimida e as opressoras. E o acerto da linha de se colocar ao lado do EI pela derrota do intervencionismo imperialista e grão-russo. Trata-se de superar o obscurantismo jihadista com o programa de defesa da autodeterminação nacional e libertação da nação oprimida, que somente pode ser produto da frente única anti-imperialista, sob a direção do proletariado constituído em partido-programa.

Sobre o documento de América Latina, avaliou-se que a restauração capitalista em Cuba, o desarmamento das FARC e a queda dos governos nacional-reformistas constituem fenômenos dos ciclos políticos condicionados pela estruturação histórica e a mecânica de classes resultantes das particularidades de América Latina. Ascensão e queda de ditaduras, de governos neoliberais e nacional-reformistas são expressões de um mesmo fenômeno histórico. Na sua base, está o choque entre as forças produtivas com as fronteiras nacionais e as relações de produção. Condicionado, por sua vez, pela fraqueza ou inexistência de partidos revolucionários.

Mereceu nesse ponto um destaque do Congresso sobre a caracterização de que a ascensão de governos pró-imperialistas na América Latina não implicou a direitização das massas. Ao con-

trário, essas estão em rota de colisão com os governos. De forma que o Congresso avaliou que se trata de assimilar as lições da queda dos governos nacional-reformistas e de rejeição crescente das massas às instituições burguesas, para avançar à penetração da vanguarda em seu seio. Isto é, trata-se de avançar à construção do partido-programa, capazes de transformar o instinto das massas em política e ação revolucionárias. Para o que é fundamental defender as reivindicações que põem em movimento os explorados, ligando-as à estratégia revolucionária.

Sobre a crise europeia destacou-se que as contradições resultantes da restauração capitalista, a exemplo da guerra civil na Ucrânia, e do fortalecimento das tendências fascistas, expressam, de conjunto, a nova fase pela qual atravessa a desagregação capitalista do continente. É nesse marco que se desenvolvem a revolução e contrarrevolução em nossa época. É nesse marco, portanto, que a o proletariado francês se destaca na luta de classes do continente, como se evidenciou na greve de maio contra a reforma trabalhista. A nova etapa da luta de classes exige do proletariado europeu avançar à sua organização independente. O programa dos Estados Unidos Socialistas da Europa está na base da luta por frear as tendências da barbárie social.

O ascenso nos EUA de um novo governo que expressou o embrião social de uma tendência fascizante obriga-nos compreender a sua interdependência com o percurso da crise mundial. A Resolução foi escrita antes das eleições. Seu prognóstico foi confirmado. Nesse sentido, avaliou-se a impossibilidade do governo Trump de impor seu plano de se voltar para o mercado interno e exercer forte protecionismo. O certo é que se empenhará no sentido de descarregar mais pesadamente a crise sobre os explorados e as nações oprimidas.

Eis o carácter explosivo da situação mundial que se expressa na vitória de Trump. Eis por que o proletariado norte-americano, especialmente suas camadas negras e latino-americanas, tem um papel relevante na luta contra as tendências fascistas que poderão se potencializar no próximo período.

Informes das seções

Das exposições, destacou-se o fato de que as massas se encontram atrasadas em face das tarefas colocadas pela situação. A queda do governo Dilma/PT e a derrota eleitoral do governo de Cristina Kirchner evidenciam que as massas se encontram órfãs de seu partido, portanto do programa revolucionário. Na

Viva as Teses de Pulacayo!

Em 8 de novembro de 1946, o Congresso Extraordinário da Federação Sindical dos Trabalhadores Mineiros da Bolívia aprovou as Teses de Pulacayo. O projeto foi apresentado pela delegação de Llallagua. A redação foi dada por Guillermo Lora, militante do Partido Operário Revolucionário. É evidente a aplicação do método do Programa de Transição da IV Internacional para sua elaboração, bem como a inclusão das reivindicações transitórias. Tem a particular importância pelo fato de caracterizar a Bolívia como um país capitalista atrasado e assim definir as tarefas democráticas que serão resolvidas pela revolução proletária. Reconhece a necessidade de constituir a aliança operário-campesina. As Teses de Pulacayo serviram de base para a constituição do bloco mineiro parlamentar em que se estabeleceu o objetivo de transformar o Parlamento em tribuna revolucionária.

Bolívia, onde o trotskismo firmou raízes, o POR acha-se, no entanto, diante da tarefa de se transformar em direção física do proletariado e da maioria oprimida. Os explorados bolivianos estão em aberto conflito com o governo do MAS. O Congresso destacou a necessidade das seções argentina e brasileira de penetrarem no seio do proletariado e se potenciarem como sua vanguarda revolucionária. O Congresso aprovou a linha desenvolvida pela seção brasileira diante do golpe institucional que derrubou o governo do PT.

Eleição da direção

Esse ponto foi sem dúvida o ponto alto do Congresso. Avançou-se na discussão e na tarefa de se constituir uma direção centralizada, forjada no trabalho de elaboração e formulações coletivas.

O fundamental dessa compreensão está em que a direção não é a somatória das seções. Evidentemente, o carácter embrionário das seções da Argentina e do Brasil, bem como a necessidade da seção boliviana de encarnar fisicamente a revolta dos explorados, tem um grande peso na forma concreta que essa direção adota. A superação das atuais dificuldades será dada pelo avanço na elaboração coletiva. A centralização e disciplina conscientes são necessárias para que o CERQUI desenvolva a política internacional do proletariado.

O Congresso avaliou criticamente esse estágio de desenvolvimento do CERQUI. De forma que não tratou de estabelecer um plano que se coloque por cima das possibilidades concretas, materiais e organizativas. Mas concluiu que as dificuldades deverão ser avaliadas e enfrentadas, de maneira que não bloqueiem o funcionamento orgânico, regido pelo centralismo-democrático, que constitui o fundamento marxista para um fecundo trabalho internacionalista.

O Congresso encarregou à nova direção a tarefa de publicar regularmente o Boletim do Comitê de Enlace, realizar reuniões periódicas, acompanhar o desenvolvimento das seções e organizar as campanhas internacionais.

Encerramento do Congresso

Os trabalhos concluíram com os presentes postos de pé, de punhos cerrados e com a saudação ao 4º Congresso do Comitê de Enlace e à reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.

Esse documento programático mantém sua vigência, embora tenha sido corrigido na equivocada formulação de frente única proletária, quando se tratava da frente única anti-imperialista, própria para os países semicoloniais. Há que se frisar que define como objetivos estratégicos a revolução e ditadura proletárias, que se edificarão por meio do método da luta de classes e da via insurrecional.

O proletariado brasileiro não teve como estabelecer uma base programática tão sólida em sua história, uma vez que sua vanguarda não chegou a elaborar os fundamentos do programa revolucionário que impulsionasse a construção de seu partido. A conquista do proletariado mineiro da Bolívia, no entanto, serve de referência e exemplo a todo proletariado latino-americano.

70 anos da aprovação das Teses de Pulacayo

8 de novembro

Faz sete décadas que a Bolívia se estremeceu quando do seio dos mineiros de Pulacayo elevou o grito de que a atrasada e indígena Bolívia estava madura para a revolução proletária.

Este fato não teria sido possível sem a presença do Partido Operário Revolucionário (POR) e o punho do revolucionário Guillermo Lora e é seus escritos que devemos ler para entender esta posição e seu significado, quando explica: *“Unicamente o proletariado pode abrir caminho para o comunismo e construir a sociedade sem classes sociais, sem oprimidos, nem opressores, sem Estado assentado na violência”*.

“Por quê? Porque é a única classe social que não conhece a propriedade privada dos meios de produção (a pequena, média ou grande), encarna a propriedade social, o que se traduz em instinto comunista do proletariado, que se manifesta e se torna palpável quando agudiza a luta de classes. Quando o proletariado se radicaliza se torna criador, seu instinto comunista se traduz em fatos, em obras, orientados para consciência política. A radicalização da luta de classes é a base da consciência de classe, do marxismo-leninismo-trotskismo”.

“O instinto comunista da classe operária é fugaz, deixa de atuar

quando desaparece a agudização da luta de classes. Mas a conquista do momento pode se acumular em consciência de classe, traduzida em teoria, em doutrina partidária, em nosso caso, na política do Partido Operário Revolucionário”.

“As Teses de Pulacayo indicam o ponto a que chegou o nível político da maioria nacional”.

“Acabamos de assinalar que é imprescindível a fusão da vanguarda da classe operária com o Partido Operário Revolucionário (falamos de sua vanguarda, de sua direção), para que, atuando de maneira unitária e firme, consigam transformar o instinto comunista do proletariado em consciência, em política, em doutrina revolucionária”.

“Reiteramos, novamente, que esse processo é possível unicamente quando se agudiza a luta de classes e a vanguarda do proletariado se radicaliza, começa a explodir, a revelar que sua essência está em destruir o capitalismo e iniciar o que será a nova sociedade, destruindo a propriedade privada dos meios de produção, para substituí-la pela propriedade social, ponto de partida do desenvolvimento do comunismo, que salvará a humanidade da barbárie, já iniciada pelo capitalismo apodrecido”. (Obras Completas, Guillermo Lora, tomo 68)

Argentina

A política do governo saqueador agrava a crise economia do país

Os indicadores mostram quedas de até 8% ao ano na **indústria**. Em setembro, a produção de carros completou 13 meses de queda ininterrupta. A produção de **aço** caiu 28% em setembro, comparada ao ano anterior. **Têxteis** advertem que atividade caiu 25% neste ano e que no setor se perderam quase 20 mil empregos. A **construção civil** também caiu: a venda de cimento afundou 11,1%. As vendas do **comércio varejista**, medidas em quantidade, registraram uma queda de 7,7%. A **indústria frigorífica** reportou uma nova contração no consumo de carne bovina de 8,7% em nove meses. O **mercado interno** retrocedeu ao seu menor nível desde 2011.

A **inflação**, considerando os indicadores desde novembro, quando se anunciaram as medidas do novo governo, acumula mais de 45%, o dobro do que se previa. Lembremos que o ministro de economia repetia que a desvalorização não afetaria os preços porque já estavam calculados ao valor do dólar paralelo. A inflação não se deterá, continuarão os tarifas para o ano próximo em percentuais muito acima da inflação prevista. O anúncio de reembolso às exportações de carne de 15% também afetará os preços.

Como os preços aumentaram, caiu o poder aquisitivo dos salários entre 5% e 15% segundo a categoria, aposentados ou recebe benefícios do estado. A isto se acrescenta o imenso contingente de trabalhadores demitidos ou suspensos e a redução da jornada de trabalho. Esta queda do poder aquisitivo afetou intensamente o consumo e a produção. Governo e empresários procuram derrubar mais ainda o salário real. Paolo Rocca da Techint o disse desta forma: *“para que entrem investimentos é preciso baixar os salários”*.

Endividamento. Durante este ano, quase 40 bilhões de dólares. Quase tanto quanto o incremento da dívida sob a última ditadura. O orçamento para 2017 prevê maior endividamento do

estado, entre 29 e 38 bilhões de dólares.

A finalidade desta dívida é financiar a fuga de divisas, aumentar as reservas e pagar novamente a dívida já paga. A fuga de divisas é estimada em 10 bilhões de dólares neste ano (a mais elevada dos últimos cinco anos), o que mostra que os capitalistas continuarão fazendo-o mesmo tendo um governo abertamente pró-mercado.

No orçamento de 2017, o pagamento dos juros da dívida já ultrapassa o total do orçamento para educação.

A **dívida em pesos**, tomada através de títulos LEBAC já alcança os \$ 660.000, gerando juros de \$ 172.000 ao ano, que se incorporarão à dívida, o que por seu turno provocará mais juros.

O **déficit do orçamento** (mais despesas do que se arrecada) continua elevadíssimo. A queda da arrecadação, que cresce por abaixo da inflação agravou-se devido à eliminação do imposto aos exportadores e pela queda da atividade econômica.

O **tarifajo**, com todas suas idas e vindas, teve o objetivo de multiplicar os lucros das multinacionais vinculadas à produção e distribuição. Os subsídios do estado às empresas se mantêm num nível muito alto.

Comércio exterior. A grande desvalorização da moeda, de 57%, não serviu para impulsionar as exportações, mesmo com o impacto que teve na redução dos salários medidos em dólares. Os setores exportadores afirmam que é insuficiente e que a desvalorização deve ser ainda maior. Este ano, a **balança comercial** poderá ser levemente positiva, mas, projetam que próximo ano será negativa em aproximadamente 1,8 bilhões de dólares, numa situação em que o país precisará de mais dólares para amortizar as dívidas contraídas.

A abertura das importações afeta a produção local, aprofundando a recessão industrial. O setor têxtil denuncia que uma par-

te de sua queda se deve ao incremento de 15% nas importações e outra parte à perda de vendas pela queda do poder aquisitivo da população. E as importações continuam aumentando: 120 toneladas de morangos da Polônia, China e Marrocos; 3.500 toneladas de laranjas espanholas e do México; 45 toneladas de mexerica do Uruguai, ameixas do Chile, mas, também se importa porco (do Brasil e Dinamarca) e frango do Brasil (10 vezes mais que o ano passado). A importação de verduras se incrementou quase em 500%. Todos eles produtos que se produzem no país, podendo auto abastecer-se. O governo, que prometeu uma melhoria das economias regionais a partir da desvalorização e retirada de impostos à exportação, enfrenta-se a uma realidade em que todas elas deterioram.

A política do governo de saque em favor das multinacionais e especialmente do capital financeiro (a JP Morgan, que controla

Guerra na Síria

Derrotar os Estados Unidos e a Rússia para impor a autodeterminação da nação oprimida

O intervencionismo das potências na Síria recrudescer, avolumando as consequências da guerra civil internacionalizada. Certamente, o confronto de frações da burguesia e da pequena burguesia nacional constitui a base social ao conflito. Mas, não o explica totalmente. Seu caráter é dado fundamentalmente pela intervenção e ingerência das potências por cima das fronteiras nacionais.

Na guerra civil internacionalizada da Síria, o imperialismo opera manobras que visam a controlar as forças produtivas, as fontes de matérias primas e as fronteiras nacionais do Oriente Médio. E a converte em uma peça de suas movimentações volta-da a cercar a Rússia e a China. O que pressupõe decidir sobre as rotas comerciais e de suprimentos na região.

No entanto, as potências se depararam com uma forte resistência jihadista. A ocupação de amplas faixas de territórios se levantou como uma trava nesse percurso. Do profundo atraso capitalista, da permanência das relações pré-capitalistas e tribais, da opressão nacional e do avanço do intervencionismo imperialista emergiu o Estado Islâmico. Potenciou-se com as condições criadas pela guerra civil internacionalizada e pelo intervencionismo das potências imperialistas. Ergueu-se como uma expressão da rebelião da nação oprimida, embora adotando a forma de um movimento nacional-religioso, obscurantista e retrógrado (Califado, tribalismo, leis islâmicas).

O intervencionismo da Rússia em defesa de seus interesses no país e na região aprofundou esse quadro de guerra, de intervencionismo militar e de desagregação territorial. Porém, enquanto o imperialismo e a Rússia diferem em como proceder à divisão da Síria e quais as forças sociais que devem hegemonizar o controle sobre as fontes de matérias primas, coincidem, no entanto, em esmagar militarmente o Estado Islâmico. Tudo indica que, com a portentosa ofensiva militar iniciada em 17 de outubro para recuperar Mosul, os Estados Unidos e a feudal burguesia árabe esperam quebrar a força da jihad e, finalmente, esmagar o Estado Islâmico na Síria. Nestas condições, o governo de Bashar al-Assad e a Rússia se veriam obrigados a negociar uma saída para a guerra civil da Síria, em situação de inferioridade.

A recentemente mobilização de uma poderosa frota naval russa contra o Estado Islâmico (EI) na Síria foi uma resposta no sentido de criar um cerco de proteção sobre as bases militares da

boa parte do gabinete, é o principal agente de colocação da dívida externa), demitiu mais de 200.000 trabalhadores, dezenas de milhares de trabalhadores suspensos e todos tiveram o valor real dos seus salários reduzidos. A proporção de trabalhadores precarizados aumentou do mesmo modo que aumentou a pobreza e a miséria. O governo está planejando uma nova redução real dos salários para o próximo ano.

Os indicadores que mostramos dão uma ideia de como se agregam e se potenciam as contradições na economia, cujo resultado será o maior empobrecimento, maior queda do salário real, maior entrega e destruição das forças produtivas. A burguesia no poder só agrava a crise. Essas são as suas “soluções”. Somente a classe operária pode impedir que esta avançasse, com sua política, com seus métodos de luta. Se o governo não pôde avançar mais, foi só devido à férrea resistência que lhe opõem as massas.

Rússia no país e fortalecer as posições internas de Bashar Al-Assad diante de futuras negociações. Está aí por que dúzias aviões e mísseis de cruzeiro bombardeiam constantemente as posições do EI na Síria, combinando os ataques navais e aéreos com a mobilização de forças especiais terrestres que combatem junto ao exército sírio.

O fundamental está, porém, em que o intervencionismo dos Estados Unidos, da França, Inglaterra, Alemanha e de seus subservientes árabes, turcos, jordanianos e israelenses, de um lado; e das potências regionais da Rússia, da China e do Irã, de outro, configuram um quadro de um estado de guerra prolongada traçado não apenas para a Síria, como também para todo Oriente Médio.

Evidentemente, não se trata de um prognóstico que progrida em forma linear e mecânica, uma vez que está submetido à ação de forças sociais ativas e à relação recíproca de diversos fatores (econômicos, políticos e militares). Trata-se de analisar as tendências fundamentais da crise capitalista que levam a aprofundar a opressão nacional sobre as semicolônias e avolumar as tendências bélicas.

Está aí o fundamento do porque os explorados do mundo devem se colocar do lado do Estado Islâmico contra o intervencionismo imperialista. Uma derrota do imperialismo e da potência grã-russa abriria uma via às massas exploradas e oprimidas para avançar o combate pela autodeterminação e independência nacional. Evidentemente, a jihad não pode cumprir essa tarefa histórica, que é a de unir a maioria nacional explorada sob uma frente única antiimperialista e armar a população para derrotar as forças de intervenção estrangeira. Essa é a tarefa revolucionária, sem a qual não é possível vencer as forças intervencionistas.

Deve-se travar uma luta sistemática e consequente por organizar a vanguarda com o programa da revolução proletária. O programa estratégico defendido pelo marxismo-leninismo-trotskismo se sintetiza na bandeira dos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio. É com esse programa que explorados e oprimidos árabes combaterão o intervencionismo imperialista e o esmagamento da rebelião das nações oprimidas. Coloca-se assim à luz do dia a importância de forjar o partido revolucionário em cada país e avançar no objetivo de superar a crise mundial de direção revolucionária.

Estados Unidos

O que muito se temia no mundo ocorreu: o xenófobo fascista, Donald Trump, ganhou as eleições nos Estados Unidos

Apesar de Hillary Clinton ter obtido uma ligeira vantagem na votação geral, o sistema federal de eleições por delegados eleitorais deu vitória a Donald Trump. Tínhamos assinalado (Massas 2.466, p. 2) que Donald Trump era a resposta fascista à crise do capitalismo.

No mundo, milhões de pessoas se perguntaram: como foi possível que um político troglodita como o multimilionário Donald Trump conseguisse ganhar a presidência dos Estados Unidos?

Pretende expulsar os mulçumanos e os latinos ilegais; construir um muro na fronteira com o México para impedir a imigração; romper os acordos globais sobre a mudança climática; assassinar as famílias dos suspeitos de terrorismo; repatriar aos Estados Unidos os capitais transferidos para o exterior; fechar as fronteiras comerciais com a China para evitar a concorrência dos seus produtos, etc.! Não se entende porque então não poderá utilizar as armas nucleares.

Trump é um fascista, um xenófobo brutal, ultradireitista, que cultua a riqueza como expressão suprema do êxito pessoal, ideia fortemente arraigada na maioria dos norte-americanos que adora os famosos, as celebridades. Trump, por ser rico, muito rico, é uma celebridade, é um ícone do vencedor de quem se esperam soluções práticas. Essa é a esperança de setores da classe média que suportam o peso da crise capitalista mundial e não vêem uma saída, em particular os brancos de classe média, que perderam as fontes de trabalho, por exemplo, e que se sentem discriminados e acreditam que os imigrantes, o terrorismo islâmico e a concorrência econômica chinesa são as causas de seus problemas e da persistência da crise.

Em outro artigo do Jornal Massas, assinalamos que a economia capitalista mundial atravessa um período de forte contração. A demanda de matérias-primas se reduziu e precipitou a queda dos preços. No período prévio de expansão relativa da economia, a China, Índia, Brasil e outros países foram a locomotiva que conduziu o trem da expansão, inundando o mundo com mercadorias baratas, atraindo capitais das metrópoles, para que se beneficiassem da mão-de-obra barata e vantajosas condições, de maneira a reverter a tendência geral da queda da taxa média de lucro. O que teve como consequência, para as economias das metrópoles, o agravamento da semiparalisação de seu aparato produtivo e a acentuação do seu caráter de centros parasitários de especulação financeira. As fábricas e os capitais das metrópoles emigraram para onde encontraram melhores condições para a exploração da mão-de-obra barata.

A resposta protecionista de Donald Trump de trazer de volta os capitais e as fábricas, bem como cancelar os acordos de livre comércio, a exemplo do Transpacífico, está condenada a se chocar com os interesses das grandes corporações e empresas multinacionais. O capital vai onde encontra melhores condições para obter maior mais-valia do trabalho operário - essa lei suprema

do capitalismo. Ao capital, interessa a abertura dos mercados em todo o mundo para comercializar sua produção. Podemos adiantar que, neste aspecto, as proposições de Trump são inviáveis.

As medidas protecionistas que alguns países adotam contra outros tensionam suas relações e exacerbam a guerra econômica.

Na época presente, as forças produtivas cresceram ao ponto de dimensões mundiais. Sua capacidade produtiva não pode ser contida no marco das fronteiras nacionais, sua existência depende de sua projeção no mercado mundial. Está aí por que as medidas protecionistas adotadas pelas metrópoles são insustentáveis a longo prazo.

Donald Trump não é um fenômeno isolado que aparece como expressão dos setores mais reacionários da política norte-americana. Trata-se da expressão de uma corrente mundial de fortalecimento de tendências neofascistas e ultraconservadoras, como uma resposta extrema da burguesia mundial à grave crise estrutural do capitalismo.

O que não podemos duvidar, no entanto, é que o imperialismo, em seu afã de sair da crise, tem de necessariamente descarregar o seu peso sobre os explorados e oprimidos do mundo todo.

Para sobreviver, impõe sangue e sofrimento ao proletariado e às nações oprimidas. A brutalidade de Trump pode perfeitamente ser útil a esta necessidade do imperialismo.

Concluimos reafirmando o que disse o Massas 2.468: a política norte-americana confirma o que há muito tempo

sustentamos - o esgotamento do capitalismo se expressa como barbárie em suas múltiplas manifestações superestruturais. Aquilo que a burguesia criou em sua etapa progressista, hoje, é destruído sistematicamente. A política, a educação, a arte, a filosofia e o desenvolvimento das ciências estão sendo brutalmente devastadas pela barbárie capitalista. Na base econômica, a destruição massiva de forças produtivas, para salvar as caducas relações de produção (grande propriedade privada dos meios de produção em mãos de uma minoria opressora), é caminho certo da destruição de tudo o que alcançou a humanidade em conjunto.

Já não há possibilidades de reverter esta situação pela via das reformas econômicas, sociais e políticas. A etapa das reformas já passou e, por isso, todas as manifestações do reformismo se aprofundam estreitamente. A socialdemocracia europeia deu lugar às tendências direitistas mais obscurantistas. A experiência do chamado "socialismo do século XXI" na América indica que terá a mesma sorte diante da direita reacionária, uma vez que não se consolidou uma direção revolucionária. Somente a revolução social no plano internacional e a edificação de Estados-operários, assentados na propriedade social dos meios de produção, poderão acabar com a barbárie capitalista."

(Extraído do Jornal Massas, nº 2471, órgão do Partido Operário Revolucionário da Bolívia)



Assimilar o leninismo

No Massas 531, concluímos a exposição dos principais aspectos da teoria leninista do partido, contida na obra “Que Fazer?”. Damos, agora, continuidade apresentando uma das primeiras formulações de Lênin, que consta do livro “Quem são os ‘Amigos do Povo’ e como lutam contra os socialdemocratas”, de 1894. Responde a uma campanha da Revista *Rússkoe Bogatstvo* contra o marxismo. Os populistas atacavam a concepção materialista de história. E deformavam a teoria econômica do socialismo científico, por meio de teorias gerais estereis.

Ao refutar o populismo, caracterizado pelo subjetivismo, Lênin demonstra como o marxismo revela as leis gerais da formação histórica do capitalismo, que como tal permite encontrar as particularidades de sua manifestação nos distintos países. É o que analisa no reconhecimento das transformações capitalistas na Rússia e na sua estrutura de classe. Esta é a base material para a formulação do programa revolucionário, cuja força motriz já era o proletariado, ainda que minoritário em relação às massas camponesas predominantes. Ao refutar o subjetivismo dos populistas, chamados de “Amigos do Povo”, Lênin identifica a aliança entre duas classes distintas, a operária e a camponesa, como forças sociais da revolução democrática e da luta estratégica socialista. E que eram opostas à burguesia liberal. Considera necessário lutar “ao lado da democracia radical contra o absolutismo”, sem, no entanto, deixar de defender que a luta contra suas instituições “somente é necessária como um meio para facilitar a luta contra a burguesia”. Não se podia assim perder de vista que a vitória final é contra a burguesia. O ataque dos populistas ao marxismo expunha a sua degeneração pequeno-burguesa e sua dependência à fração burguesa liberal. É nesse embate com os populistas que comparamos as primeiras formulações leninistas sobre o partido.

Os populistas não admitiam essa posição marxista, mas pleiteavam “a ‘unificação’ e a ‘aliança’ de todos os grupos revolucionários para a conquista da liberdade política”. Lênin os critica por não reconhecerem a necessidade da discussão do programa, uma vez que estava colocada a aglutinação dos “lutadores contra o absolutismo” em torno da construção do partido. Era necessário romper a exclusividade da luta contra o absolutismo, estabelecendo a base socialista do programa.

Nas condições de desintegração do movimento populista, Lênin entendeu como positiva a unificação dos vários agrupamentos desde que se constituísse “um firme programa de reivindicações democráticas que acabasse com os preconceitos sobre o velho excepcionalismo russo”. Eis a formulação completa: “Os socialdemocratas consideram, naturalmente, que a criação de semelhante partido democrático seria um passo positivo, e o trabalho socialdemocrata, dirigido contra o populismo, deve contribuir para isso, deve contribuir para extirpar todo tipo de preconceitos e mitos, para agrupar os socialistas sob a bandeira do marxismo e formar um partido democrático integrado pelos grupos restantes”. Nota-se que Lênin se apoia nas tendências objetivas do desenvolvimento político das massas. Não se opõe ao chamado dos grupos vinculados ao populismo a constituir uma aliança unificadora, mas defende que se dê sobre “um firme programa de reivindicações democráticas”. E que resulte na superação do populismo degenerado pelo “adocicado radicalismo pequeno-burguês”. Outro aspecto da questão é que os socialdemocratas (assim se identificaram por um período os marxistas russos) não podiam participar dessa unificação, uma vez que seu objetivo era o de “organização independente dos operários em um partido operário es-



pecial”. Não se tratava para os marxistas de constituir um partido democrático, que como tal não correspondia ao papel histórico da classe operária de lutar pelo socialismo.

O trabalho dos marxistas voltado à criação de um partido que promovesse a “organização independente dos operários”, necessariamente se distinguiu por travar o combate contra a autocracia e à própria burguesia. O que nenhum outro agrupamento poderia cumprir. Nesse trabalho, era fundamental o desenvolvimento da teoria revolucionária, tão negada e combatida pelos populistas. É de inestimável valor a seguinte formulação: “*Por mais que ainda haja muito que fazer para a elaboração dessa teoria, os socialistas o farão; isso está garantido pela divulgação entre eles do materialismo, único método científico que exige que todo o programa seja uma formulação exata de um processo real; (...)*”. “*Ao sublinhar assim a necessidade, importância e magnitude do trabalho teórico dos socialdemocratas, de maneira alguma quero dizer que tal trabalho deva ter prioridade em relação ao trabalho prático; e muito menos que o segundo seja substituído até a conclusão do primeiro*”. (...) “*De maneira completamente distinta se coloca o problema quando a tarefa dos socialistas está em serem os dirigentes ideológicos do proletariado em sua luta efetiva contra os verdadeiros inimigos e atuais que existem na vida real do presente desenvolvimento econômico e social. Nestas condições, o trabalho teórico e o trabalho prático se fundem em um todo, em um só trabalho que com tanto acerto definiu o velho socialdemocrata alemão Liebknecht (...)*”.

(...) “*A atividade política dos socialdemocratas consiste em contribuir ao desenvolvimento e organização do movimento operário na Rússia, ao permitir que saia do estado atual de tentativas de protestos, motins e greves esporádicas e privado de uma ideia diretriz, convertendo-o em luta organizada de toda classe operária russa, dirigida contra o regime burguês e tendente à expropriação dos expropriadores, a destruição do regime social baseado na opressão do trabalhador. Na base dessa atividade, está o convencimento, comum aos marxistas, de que o operário russo é o único e natural representante de toda população trabalhadora e explorada da Rússia*”. (...) “*Está aí por que o operário fabril não é outra coisa senão o representante avançado de toda a população explorada; para que possa cumprir sua função de representá-la em uma luta organizada e conseqüente, é preciso algo muito distinto que entusiasme-lo com algumas ‘perspectivas’ quaisquer; para isso, é preciso não somente fazer com que compreenda qual é sua situação, fazer com que compreenda a estrutura do sistema político e econômico que o oprime, a necessidade e inevitabilidade do antagonismo de classe sob esse sistema*”. (...) “*Conseqüentemente, os socialdemocratas dirigem toda sua atenção e toda sua atividade para a classe operária. Quando seus representantes de vanguarda assimilarem as ideias do socialismo científico, a ideia do papel histórico do operário russo, quando essas ideias alcançarem uma ampla divulgação e entre os operários se criarem sólidas organizações que transformem a atual guerra econômica esporádica dos operários em uma luta consciente de classes, então, o operário russo, colocando-se à cabeça de todos os elementos democráticos, derrubará o absolutismo e conduzirá o proletariado russo (ao lado do proletariado de todos os países), pelo caminho direto da luta política aberta, à vitória da revolução comunista*”.

Lênin tinha 24 anos quando escreveu o extraordinário livro “Quem são os ‘amigos do povo’ e como lutam contra os socialdemocratas”. Assentou os primeiros fundamentos do partido revolucionário, lutando contra os populistas. É visível o vínculo entre as novas condições da luta de classes na Rússia, o desenvolvimento do proletariado, a decadência do movimento populista e o surgimento de uma vanguarda que encarnava o marxismo.